ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of
ZBW
Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

Barbosa, Ana Luiza Neves de Holanda

Working Paper

Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: Uma análise da alocação do tempo no Brasil

Texto para Discussão, No. 2416

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Barbosa, Ana Luiza Neves de Holanda (2018) : Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: Uma análise da alocação do tempo no Brasil, Texto para Discussão, No. 2416, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/211370

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2416

TENDÊNCIAS NAS HORAS DEDICADAS AO TRABALHO E LAZER: UMA ANÁLISE DA ALOCAÇÃO DO TEMPO NO BRASIL

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa

ipea

2416
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Rio de Janeiro, setembro de 2018

TENDÊNCIAS NAS HORAS DEDICADAS AO TRABALHO E LAZER: UMA ANÁLISE DA ALOCAÇÃO DO TEMPO NO BRASIL[1]

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa[2]

1. A autora agradece as sugestões e os comentários de Carlos Eugênio Ellery Lustosa da Costa, Carlos Henrique Leite Corseuil e Maurício Cortez Reis, isentando-os de quaisquer erros remanescentes.
2. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea; e professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Rio de Janeiro (Ibmec-RJ). *E-mail*: <ana.barbosa@ipea.gov.br>.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro Esteves Pedro Colnago Junior

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Rogério Boueri Miranda

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
Fabiano Mezadre Pompermayer

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Mylena Pinheiro Fiori

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: D12; D13; J22.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 ARCABOUÇO TEÓRICO NA ALOCAÇÃO DO USO DO TEMPO 9

3 DEFINIÇÃO DE LAZER 15

4 PESQUISAS SOBRE USO DO TEMPO E EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL 17

5 BASE DE DADOS 21

6 TRABALHO REMUNERADO, NÃO REMUNERADO E DESLOCAMENTO NO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2001-2015 24

7 TEMPO DEDICADO AO LAZER NO BRASIL 39

8 TENDÊNCIAS NA ALOCAÇÃO DO TEMPO NO BRASIL: ANÁLISE DE 2001 A 2015 43

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 48

REFERÊNCIAS 49

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 52

APÊNDICE A – O CASO BRASILEIRO COM PESQUISAS DE USO DO TEMPO 54

APÊNDICE B 57

SINOPSE

O objetivo deste texto é documentar as tendências na alocação do tempo no Brasil ao longo do período de 2001 a 2015. Em particular, pretende-se analisar a evolução das jornadas semanais de trabalho no mercado e em afazeres domésticos, além do tempo semanal de deslocamento entre casa e trabalho. Especial atenção é dada para as horas dedicadas ao lazer. A análise é feita por gênero e tem como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados revelam que homens desfrutam de mais horas de lazer do que as mulheres, ainda que haja uma tendência de redução dessa diferença ao longo do tempo. Há uma elevação das horas dedicadas ao lazer tanto para os homens quanto para as mulheres, sendo que esta elevação se dá de forma mais acentuada para as mulheres. Os resultados mostram ainda que o aumento no número de horas de lazer ao longo do período foi ocasionado por razões diversas entre homens e mulheres. Para os homens, a elevação do lazer (de quatro horas semanais) pode ser explicada por uma redução expressiva nas horas trabalhadas no mercado, enquanto que, para as mulheres brasileiras, a elevação nas horas de lazer (sete horas semanais) pode ser explicada por uma redução nas horas dedicadas aos afazeres domésticos.

Palavras-chave: uso do tempo; lazer; oferta de trabalho; gênero.

ABSTRACT

In this study we document trends in the allocation of time by gender in Brazil. In particular, we analyze trends in market work hours, home work hours (household chores), commute and leisure times in Brazil along 2001-2015. Analysis is made by gender and is based on the National Household Survey (PNAD). Results show that men enjoy more time of leisure than women, although this difference is reducing over time. For both men and women, there is an increase in leisure time. Specifically, we show that leisure for men increased by 4 hours per week (driven by a decline in market work hours) and for women by 7 hours per week (driven by a decline in home production work hours).

Keywords: time use; leisure; labor supply; gender.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, algumas mudanças importantes foram observadas com relação ao uso do tempo dedicado ao trabalho remunerado (no mercado) e ao não remunerado (em afazeres domésticos). No Brasil, por exemplo, entre as mulheres, nota-se um leve aumento nas horas trabalhadas no mercado, enquanto entre os homens ocorreu uma expressiva redução, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Nas horas despendidas em afazeres domésticos, verifica-se uma queda acentuada para as mulheres e um leve aumento para os homens. Portanto, as diferenças por gênero sobre o uso do tempo com relação ao trabalho doméstico têm se estreitado nos últimos anos.[1]

A literatura aponta alguns fatores que contribuíram para a redução da jornada de trabalho doméstico, em especial a das mulheres, gerando efeitos positivos na sua entrada na força de trabalho. Entre os principais, encontram-se as transformações ocorridas na estrutura e composição das famílias, além de uma maior facilidade de arranjos formais e informais para o cuidado dos filhos e da maior eficiência na produção de bens e serviços domésticos (Browning, Chiappori e Weiss, 2014; Greenwood e Vandenbroucke, 2008; Greenwood, Seshadri e Yorukoglu, 2005; Goldin, 1989; Heckman, 1974).[2]

A evidência empírica sobre o uso do tempo dedicado a atividades não associadas ao trabalho no mercado e em afazeres domésticos também já é bem estabelecida na literatura. O uso do tempo dedicado ao lazer tem recebido especial atenção em anos recentes (Kuroda, 2010; 2013; Aguiar, Hurst e Karabarbounis, 2012; Aguiar e Hurst, 2007). Essas evidências só se tornam possíveis em função da existência de pesquisas específicas de uso do tempo que coletam informações de como os indivíduos alocam o seu tempo, não só no trabalho (remunerado e não remunerado) como também em educação e lazer, entre outras diversas atividades da rotina diária das pessoas.[3] A ausência

1. Essa redução da desigualdade de horas despendidas no trabalho doméstico ocorre na maior parte dos países ocidentais. Vale observar que, se a análise se restringir à população ocupada, a redução nessas disparidades é ainda maior (United Nations, 2015).
2. Greenwood e Vandenbroucke (2008) argumentam que o processo tecnológico foi o grande agente transformador na redução da média do número de horas – tanto no trabalho no mercado quanto no doméstico – em uma análise de longo prazo para os Estados Unidos.
3. Birch, Le e Miller (2009) fazem uma análise detalhada sobre pesquisas de uso do tempo, além de fornecerem uma visão abrangente de como as informações sobre uso do tempo podem ser utilizadas em pesquisas empíricas. Para outra análise a respeito dos avanços e das limitações deste tipo de pesquisa, ver Aguiar, Hurst e Karabarbounis (2012).

destas pesquisas no Brasil dificulta as análises sobre o uso do tempo direcionado a atividades não vinculadas ao trabalho, seja ele remunerado ou não.

O objetivo deste texto é documentar as tendências na alocação do tempo no Brasil no período de 2001 a 2015. Em particular, pretende-se analisar a evolução das jornadas semanais de trabalho no mercado e em afazeres domésticos, além do tempo de deslocamento entre casa e trabalho. Especial atenção é dada às horas semanais dedicadas ao lazer. A análise é feita por gênero e tem como base a PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A metodologia adotada se baseia no estudo de Aguiar e Hurst (2007), que documentam as tendências na alocação do tempo ao longo de um período de quarenta anos para os Estados Unidos. Dada a indisponibilidade de pesquisas específicas sobre uso do tempo no Brasil, a definição de lazer adotada neste estudo é feita de forma residual, isto é, lazer é definido como o período não dedicado às atividades de trabalho (remunerado e não remunerado) e ao deslocamento entre casa e trabalho.

Os resultados revelam que homens brasileiros desfrutam de mais horas de lazer do que as mulheres brasileiras, ainda que haja uma tendência de redução dessa diferença ao longo do tempo. Há uma elevação das horas dedicadas o ao lazer tanto para os homens quanto para as mulheres, sendo que esta elevação se dá de forma mais acentuada para as mulheres. Os resultados mostram ainda que o aumento no número de horas de lazer ao longo do período foi ocasionado por razões diversas entre os gêneros. Para os homens, a elevação do lazer (de quatro horas semanais de 2001 a 2015) pode ser explicada por uma redução expressiva nas horas trabalhadas no mercado em comparação com o leve aumento ocorrido nas horas dedicadas aos afazeres domésticos, enquanto, para as mulheres brasileiras, a elevação nas horas de lazer (de sete horas semanais no período 2001-2015) pode ser explicada por uma redução nas horas dedicadas aos afazeres domésticos em relação à estabilidade verificada nas horas direcionadas ao trabalho no mercado.

Além desta introdução, este texto está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta o arcabouço teórico utilizado nos estudos sobre alocação de uso do tempo. A seção 3 aborda as diversas definições de lazer utilizadas na literatura. A seção 4 expõe as principais características de pesquisas de uso do tempo, além de fazer uma breve resenha da experiência internacional sobre o tema. A seção 5 trata da base de dados utilizada neste trabalho. A seção 6 mostra a evolução do tempo dedicado ao trabalho no mercado, em

afazeres domésticos e no deslocamento entre casa e trabalho ao longo do período de 2001 a 2015 no Brasil. A seção 7 apresenta a evolução do tempo dedicado ao lazer no Brasil para o mesmo período de análise. A seção 8 exibe a metodologia utilizada para análise das tendências no uso do tempo e traz os principais resultados deste estudo. Por fim, a seção 9 é dedicada às considerações finais. Nos apêndices descreve-se a experiência brasileira em relação ao desenvolvimento das pesquisas sobre uso do tempo e encontram-se alguns gráficos e tabelas adicionais, que servem como fonte para algumas análises deste texto.

2 ARCABOUÇO TEÓRICO NA ALOCAÇÃO DO USO DO TEMPO

O tempo é um recurso cada vez mais escasso nos dias atuais. Uma análise detalhada do comportamento de uma economia de mercado e de suas implicações passa pelo entendimento do comportamento do tempo fora do mercado (Aguiar e Hurst, 2007). Seu uso pode se dar das mais diversas formas: dedicado ao cuidado dos filhos ou dependentes, aos afazeres domésticos, às atividades fisiológicas e de higiene pessoal, ao cuidado com a saúde e ao lazer. Nesse contexto, a dicotomia padrão entre trabalho de mercado e o termo "lazer" não distingue se a hora não dedicada ao trabalho de mercado é despendida em cozinhar ou assistir televisão, por exemplo. Não distingue também o fato de que o produto consumido ou qualquer atividade realizada fora do mercado pode ser (e, em geral, é) fruto de uma combinação da utilização de dois insumos: de bens de mercado e do uso do tempo.[4]

Becker (1965) foi o primeiro a formalizar a produção doméstica em um modelo neoclássico de decisão do consumidor.[5] Seu artigo seminal apresenta os fundamentos

4. Ao cozinhar, por exemplo, uma pessoa certamente utiliza tanto alimentos e ingredientes (entre outros bens de mercado) quanto um determinado tempo dedicado à atividade em questão.

5. Vale ressaltar a importância e a contribuição de Jacob Mincer nessa área. Em Mincer (1962; 1993), já havia um reconhecimento de que o tempo não gasto na força de trabalho inclui não somente lazer, mas também tempo devotado a produção doméstica, cuidado infantil, educação, entre outras atividades. A demanda por produção doméstica influencia o valor do tempo em casa e, portanto, o salário de reserva nas decisões de oferta de trabalho. Cabe ressaltar também que este estudo já destacava o fato de que as decisões de oferta de trabalho são feitas em um contexto familiar. Com base nesses *insights*, Mincer e outros seguidores aprimoram os estudos para explicação na variação da oferta de trabalho das mulheres ao longo do tempo ou em um determinado período. Mincer (1963) contém a maior parte das ideias analisadas no famoso estudo de Becker (1965) sobre a alocação do tempo, incluindo os *insights* sobre a fecundidade ser uma função negativa do custo de oportunidade do tempo na produção doméstica (e, portanto, uma função negativa de salários) e sobre como os custos de oportunidade do tempo afetam a demanda por transporte e de serviços domésticos, a oferta de trabalho e a demanda de serviços, além de os efeitos dos salários diferirem dos efeitos puros de renda.

analíticos para o estudo da produção doméstica e da alocação do tempo no contexto da família.[6] Ao permitir uma classe muito mais rica e ampla de modelos, preferências e atitudes do consumidor, Becker (1965) traz avanços no arcabouço teórico tradicional ao formalizar escolhas com consumidores que operam como firmas ao apresentarem uma tecnologia de produção doméstica.[7]

O ponto central desta teoria é que um indivíduo (ou família) é tanto consumidor quanto produtor de produtos e/ou atividades. O consumidor, portanto, consome não só produtos como também atividades, ambos produzidos pelo próprio com base em dois tipos de insumos: bens de mercado e tempo. Neste contexto, entender como o tempo é alocado fora do mercado de trabalho é especialmente importante na medida em que a elasticidade de substituição entre o insumo bem de mercado e o insumo tempo pode divergir de forma significativa entre funções de produção dos diferentes produtos ou atividades que geram utilidade ao consumidor. A definição da atividade "lazer" depende, portanto, do grau de substituição entre esses dois insumos. De outra forma, o lazer é muito mais uma função da tecnologia do que das preferências.

O restante desta seção apresenta um exemplo bastante simples do modelo de Becker e mostra que o trabalho no mercado é apenas um dos muitos usos do tempo que podem produzir bens de consumo.[8] No exemplo, a utilidade do indivíduo é definida sobre um vetor de dois bens (*commodities*): Z_1 e Z_2.[9] Essas *commodities* são produzidas com base no uso de dois bens de mercado, x_1 e x_2, assim como no uso de determinadas unidades de tempo, h_1 e h_2, de acordo com as funções de produção (Constant Elasticity of Substitution – CES) com parâmetros de elasticidade de substituição σ e η, respectivamente.

$$Z_1 = \left(x_1^{\frac{\sigma-1}{\sigma}} + h_1^{\frac{\sigma-1}{\sigma}} \right)^{\frac{\sigma}{\sigma-1}} \tag{1}$$

6. O arcabouço analítico da teoria da produção doméstica desenvolvida por Becker foi um dos pilares para estudos sobre alocação do tempo e para a chamada Economia da Família (Browning, Chiappori e Weiss, 2014). Ele permitiu também um entendimento mais aprofundado dos mecanismos da escolha do consumidor e dos efeitos renda e substituição. Heckman (2014) faz uma sucinta e interessante descrição do modelo de Becker (1965).
7. Becker (1965; 1976) e Gronau (1986) sugerem que a decisão de quanto tempo alocar em trabalho no mercado é baseada no salário total, no valor da hora de trabalho, na renda não relacionada com o trabalho (benefícios sociais, herança, transferências etc) e na função de produção doméstica, ou seja, na divisão do trabalho entre membros da família.
8. Este exemplo é apresentado em Aguiar e Hurst (2007), com algumas pequenas modificações na notação.
9. Vale observar uma restrição desse modelo: a hipótese implícita é de modelo unitário, ou seja, não se considera a possibilidade de alocação intrafamiliar de recursos.

$$Z_2 = \left(x_2^{\frac{\eta-1}{\eta}} + h_2^{\frac{\eta-1}{\eta}} \right)^{\frac{\eta}{\eta-1}} \tag{2}$$

Assume-se que $\sigma > 1$ e $\eta < 1$. Com isso, o bem de mercado x_1, substituto relativamente próximo à unidade de tempo h_1, faz com que a atividade Z_1 seja similar à produção doméstica, e o bem de mercado x_2, substituto próximo à unidade de tempo h_2, faz com que a atividade Z_2 seja similar à atividade de lazer.

O agente vive em um período com a dotação de tempo igual a um, que é alocado em trabalho no mercado L, h_1, e h_2. O agente se defronta com um salário de mercado w e preços p_1 e p_2.

O consumidor se defronta com dois problemas neoclássicos usuais: o da firma na produção das *commodities* Z_1 e Z_2 e o do consumidor de maximizar a utilidade derivada do consumo de Z_1 e Z_2. O problema da firma na produção de Z_1 e na produção de Z_2 pode ser descrito, respectivamente, da seguinte forma.

$$\text{Min} \quad p_1 x_1 + w h_1$$

$$\text{sujeito a:} \quad Z_1 = \left(x_1^{\frac{\sigma-1}{\sigma}} + h_1^{\frac{\sigma-1}{\sigma}} \right)^{\frac{\sigma}{\sigma-1}} \tag{3}$$

e

$$\text{Min} \quad p_2 x_2 + w h_2$$

$$\text{sujeito a:} \quad Z_2 = \left(x_2^{\frac{\eta-1}{\eta}} + h_2^{\frac{\eta-1}{\eta}} \right)^{\frac{\eta}{\eta-1}} \tag{4}$$

A minimização de custo implica que o preço de cada unidade de Z_1 e Z_2 é, respectivamente, dado por:

$$q_1 = (p_1^{1-\sigma} + w^{1-\sigma})^{\frac{1}{1-\sigma}} \tag{5}$$

$$q_2 = \left(p_2^{1-\eta} + w^{1-\eta}\right)^{\frac{1}{1-\eta}} \tag{6}$$

Assim, o problema do consumidor pode ser escrito da seguinte forma:

$$\text{Max} \;\; U(Z_1, Z_2) = \delta \ln Z_1 + (1-\delta) \ln Z_2$$

sujeito a: $q_1 Z_1 + q_2 Z_2 = w$ (7)

A restrição de tempo dada por $h_1 + h_2 + L = 1$ é inerente à restrição orçamentária, e as restrições de não negatividade de cada uso do tempo não são ativas (*non bindings*) em função das condições Inada da utilidade e produção (Inada, 1963). As condições de primeira ordem implicam que:

$$\frac{Z_1}{Z_2} = \frac{\delta}{(1-\delta)} \frac{q_2}{q_1} \tag{8}$$

Com base na restrição orçamentária, tem-se que:

$$Z_1 = \delta \frac{w}{q_1} \quad \text{e} \quad Z_2 = (1-\delta) \frac{w}{q_2} \tag{9}$$

Com a aplicação do lema de Shepard na função custo da produção doméstica de Z_1 e de Z_2, dado que essa tecnologia apresenta retornos constantes de escala, tem-se que:

$$h_1 = \frac{\partial q_1}{\partial w} Z_1 = \delta \left(\frac{w}{q_1}\right)^{1-\sigma} = \delta \frac{w^{1-\sigma}}{p_1^{1-\sigma} + w^{1-\sigma}} \tag{10}$$

e

$$h_2 = \frac{\partial q_2}{\partial w} Z_2 = (1 - \delta) \left(\frac{w}{q_2}\right)^{1-\eta} = (1 - \delta) \frac{w^{1-\eta}}{p_2^{1-\eta} + w^{1-\eta}} \tag{11}$$

Como $\sigma > 1$, o tempo gasto na *commodity* Z_1 (h_1) é decrescente no salário e crescente no preço do bem de mercado (p_1). De forma semelhante, o tempo gasto na segunda *commodity* $Z_2(h_2)$ é crescente no salário e decrescente no preço do bem de mercado (p_2), dado que $\eta < 1$. A oferta de trabalho no mercado pode ser calculada como:

$$L = 1 - h_1 - h_2 \tag{12}$$

Para avaliar como os parâmetros tecnológicos influenciam a elasticidade de oferta de trabalho, considera-se o caso em que $\sigma > 1$ e $h = 1$. Pelas equações acima, pode-se notar que a última hipótese implica que h_2 é constante (igual a $1 - \sigma$). Portanto, qualquer redução em h_1 devido a um aumento em w ou a uma redução em p_1 gera um aumento na oferta de trabalho L. De forma específica, a elasticidade não compensada da oferta de trabalho pode ser descrita da seguinte forma:

$$\xi_L = \frac{d \ln L}{d \ln w} = (\sigma - 1) \frac{h_1}{h_1 + L} = (\sigma - 1) \frac{w^{1-\sigma}}{p_1^{1-\sigma} + w^{1-\sigma}} \tag{13}$$

Neste caso, a ξ_L é positiva e decrescente no salário (w). A alta elasticidade de substituição entre o bem de mercado x_1 e o tempo dedicado à produção doméstica

(h_1) é o que faz com que a elasticidade de oferta de trabalho não compensada (ξ_L) seja positiva.[10] De forma alternativa, se $\sigma = 1$ e $\eta < 1$, tem-se que:

$$\xi_L = \frac{d \ln L}{d \ln w} = (\eta - 1)\frac{w^{1-\eta}}{p_2^{1-\eta} + w^{1-\eta}} \tag{14}$$

Neste caso, a ξ_L é negativa e crescente no salário (w). Ou seja, à medida que o salário aumenta ou o preço dos bens usados na produção da *commodity* lazer se reduz, a oferta de trabalho de mercado diminui.[11]

No caso mais geral, $\sigma > 1$ e $\eta < 1$, a sensibilidade da oferta de trabalho no mercado a variações de salários e preços depende da tecnologia e das preferências.[12] O caso simétrico $\delta = 1 - \delta$, $p_1 = p_2$, $\sigma - 1 = 1 - \eta$ gera horas de trabalho no mercado constantes dadas por uma redução em h_1, ou seja, no tempo dedicado à produção doméstica, e aumento em h_2, ou seja, no lazer.

O exemplo apresentado nesta seção tenta mostrar que a forma como agentes alocam o seu tempo fora do trabalho no mercado tem um peso direto na oferta de trabalho no mercado. Em particular, faz diferença se as atividades não associadas ao mercado têm

10. Benhabib, Rogerson e Wright (1991) sugerem que a produção doméstica com um alto grau de substituição gera uma oferta de trabalho elástica ao longo do ciclo econômico. Neste contexto, Greenwood, Seshadri e Yorukoglu (2005) explicam em parte por que a participação da força de trabalho feminina aumentou de forma significativa ao longo do século XX. Os autores sugerem que a elevação dos salários de mercado para as mulheres, o progresso tecnológico e a adoção dos eletrodomésticos pelas famílias americanas contribuíram para o aumento da participação das mulheres no último século. Greenwood *et al.* (2016) propõem ainda que o progresso tecnológico, ao reduzir drasticamente o valor do trabalho das mulheres nos cuidados domésticos, não só impulsionou a entrada das mulheres casadas no mercado de trabalho americano, mas também retardou a idade do casamento entre os indivíduos.

11. Kopecky (2011) e Vandenbroucke (2005) exploram de forma mais detalhada essa característica ao explicarem a redução significativa da jornada de trabalho no mercado ao longo do século XX. Greenwood e Vandenbroucke (2008), por sua vez, fornecem uma ótima síntese de modelos que envolvem alocação de tempo no contexto das tendências de longo prazo no mercado de trabalho. Estes últimos autores mostram que, por quase duzentos anos (de 1830 a 2000), a média de horas trabalhadas declinou, tanto no mercado quanto em casa – segundo eles, o progresso tecnológico é o responsável por tal transformação. Três mecanismos são apontados como causas desta mudança: *i)* o aumento nos salários reais e o seu correspondente efeito riqueza; *ii)* o aumento do valor do tempo fora do trabalho, devido ao advento de bens de lazer intensivos em uso do tempo; e *iii)* a necessidade reduzida de trabalho doméstico, devido à introdução de eletrodomésticos ou bens poupadores de tempo.

12. Como Aguiar e Hurst (2007) chamam a atenção, os parâmetros de preferência estão implícitos na forma reduzida devido à natureza (formato) log-log da função utilidade. Com funções de utilidade mais gerais, parâmetros da função utilidade entrariam na expressão da elasticidade de oferta de trabalho de forma explícita.

ou não substitutos próximos. Esta análise ajuda no entendimento dos fatores que geram mudanças das elasticidades de oferta de trabalho ao longo do tempo ou entre grupos demográficos e variações das jornadas e do nível de emprego. É importante também considerar os choques tecnológicos na produção doméstica ou de bens de mercado que influenciam o produto total. Por exemplo, se mulheres são mais propensas a alocarem o tempo não dedicado ao mercado à produção doméstica, tal análise sugere que elas têm elasticidades de oferta de trabalho mais altas do que os homens (Mincer, 1962). Além disso, a compreensão da alocação do tempo é importante para distinguir o consumo efetivo *à la* Becker (1965), resultante de uma função de produção doméstica que usa despesas com bens de mercado e o tempo como insumos, além da despesa (gasto) com bens de mercado (Aguiar e Hurst, 2005a; 2005b). De forma geral, as tendências descritas nas próximas seções são úteis para direcionar a escolha dos parâmetros para as funções utilidade e produção doméstica em modelos calibrados.

3 DEFINIÇÃO DE LAZER

Em geral, as pesquisas domiciliares designadas para medir atividade de trabalho utilizam apenas a categoria de uso do tempo associada às horas de trabalho no mercado. Como resultado, o lazer é quase universalmente definido como tempo gasto fora do trabalho no mercado. Há pouca precisão nessa definição, pois ela tem um conteúdo que pode incluir trabalho em afazeres domésticos, entre outros. No entanto, mesmo se, da dotação total do tempo, forem descontadas todas as atividades de trabalho (mercado e não mercado), o tempo dedicado ao lazer, definido dessa forma residual, pode ainda conter atividades que tenham substitutos muito próximos de bens de mercado.[13]

Quando é possível distinguir categorias, a definição de atividades associadas ao lazer com base em pesquisas de uso do tempo é feita de forma mais objetiva. Em geral, os estudos empíricos distinguem quatro categorias de tempo, segundo Robinson e Godbey (1999): *i)* trabalho remunerado; *ii)* afazeres domésticos e cuidado da família; *iii)* tempo pessoal; e *iv)* tempo livre (ou lazer). O primeiro tipo é associado ao tempo contratado e dedicado ao trabalho vinculado ao mercado – neste caso, são consideradas todas as atividades realizadas no local de trabalho.

13. Por exemplo, o tempo gasto na educação é um investimento no capital humano, que gera o consumo adicional de bens no futuro.

O segundo tipo (tempo comprometido) cobre todas as atividades em afazeres domésticos, cuidado de filhos e dependentes, compras para casa, entre outras. A literatura recente sobre o tema tem reconhecido que este segundo tipo precisa ser adicionado ao trabalho remunerado (Robinson e Godbey, 1999). Assim, a maior parte das atividades economicamente produtivas pode capturar os dois tipos de trabalho em uma sociedade: o remunerado e o não remunerado.

A terceira categoria de tempo refere-se às necessidades biológicas do ser humano e inclui atividades como dormir, comer e as de higiene pessoal. É um tempo dedicado a atividades funcionais e de cuidados pessoais de que todos os indivíduos precisam para viver de forma efetiva em uma sociedade. Há, obviamente, um grau de flexibilidade ou elasticidade dessas atividades na medida em que muitas delas têm uma qualidade discricionária motivada tanto pela busca do prazer quanto pelo estilo de vida.

A quarta e última categoria de tempo – tempo livre – abarca as atividades restantes e as que presumidamente envolvem a escolha total do indivíduo. Tais atividades abrangem não só as culturais, de sociabilidade e *hobbies*, por exemplo, como também as de "semilazer", como a educação de adultos, e as ligadas à religião, entre outras instituições/organizações.

O já citado estudo de Aguiar e Hurst (2007) faz uso de quatro medidas de lazer: *i)* atividades que geram utilidade direta ao consumidor – tempo dedicado a atividades de entretenimento/sociais e de recreação ativa; *ii)* atividades que geram utilidade direta ao consumidor e que podem servir de insumos intermediários, como as fisiológicas/biológicas e de cuidados pessoais; *iii)* atividades que geram utilidade direta ao consumidor, que servem como insumos intermediários, e tempo gasto diretamente no cuidado primário e educacional dos filhos; e *iv)* tempo não dedicado a atividades do trabalho em mercado e ao trabalho em afazeres domésticos.

Para Aguiar e Hurst (2007), portanto, as diferentes definições de lazer estão atreladas à capacidade de substituição entre o tempo e os insumos utilizados na produção dos bens (*commodities*) finais. A primeira definição é a mais restrita e se aproxima mais do arcabouço em que o insumo principal do lazer é o tempo e que essa atividade tem um baixo grau de substituição com bens de mercado, embora tais atividades possam envolver bens de mercado complementares. A falta de substitutos

de mercado decorre do fato de que as próprias atividades podem gerar diretamente utilidade para o consumidor. Exemplos deste caso podem incluir atividades como assistir televisão, descansar, ir a festas, entre outras formas de entretenimento. A segunda definição inclui a primeira medida de lazer, assim como o tempo gasto em dormir, comer e cuidados pessoais.[14] A terceira definição de lazer abarca a segunda definição mais o tempo gasto em cuidado infantil primário e educacional. A quarta e última, a de que o lazer é o uso do tempo residual do trabalho total, certamente, é a definição mais abrangente entre as quatro adotadas pelo estudo, no sentido de haver alta capacidade de substituição das atividades desse tipo de tempo com bens de mercado.

Aguiar e Hurst (2007) mostram, no entanto, que, apesar da distinção pouco significativa na magnitude entre essas quatro medidas, as tendências de aumento de lazer na economia americana ao longo do tempo são bastante semelhantes entre elas.[15]

4 PESQUISAS SOBRE USO DO TEMPO E EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Pesquisas de uso do tempo coletam informações de como os indivíduos alocam o seu tempo em trabalho, estudo, lazer, afazeres domésticos, entre outras atividades, representando, portanto, uma fonte única e rica da rotina diária das pessoas.[16] Em geral, essas informações são coletadas por agências públicas oficiais ou pesquisadores e são extremamente úteis para a investigação de diversos fenômenos, que passam pela análise da divisão do trabalho entre mulheres e homens, estimativas de todas as formas

14. Biddle e Hamermesh (1990) ressaltam que determinadas atividades de tempo podem aumentar a produção dentro e fora do mercado. Os autores constroem um modelo no qual o tempo gasto em dormir, por exemplo, é uma variável de escolha que aumenta a produtividade e entra diretamente na função utilidade. Além disso, eles dão forte evidência empírica mostrando que dormir é, de fato, uma variável de escolha na qual os indivíduos otimizam. Por exemplo, indivíduos dormem mais nos fins de semana e em férias. Questões semelhantes se aplicam amplamente a tempo gasto em comer e em cuidados pessoais.

15. Os autores chamam a atenção de que esse aumento ao longo de quase cinquenta anos (1965 a 2003), entretanto, pode ser maior. Essa subestimação do lazer pode ser explicada por três fatores: *i)* só foram considerados os indivíduos que não estavam aposentados; *ii)* não se considera a mudança na natureza do tempo gasto em trabalho – ocorrida, principalmente, na última década de análise; e *iii)* o uso do método de diário pode deixar de captar informações de uma ampla proporção de famílias que estejam em tempo de férias.

16. Birch, Le e Miller (2009) fazem uma análise detalhada sobre pesquisas de uso do tempo, além de fornecerem uma visão abrangente de como estas informações podem ser utilizadas em pesquisas empíricas. Para outra análise sobre os avanços e limitações sobre este tipo de pesquisa, ver Aguiar, Hurst e Karabarbounis (2012).

de trabalho (remunerado e não remunerado), até a estimação da produção doméstica e sua contribuição para produto nacional.[17]

Estas pesquisas, portanto, aperfeiçoam as estimativas das Contas Nacionais e a elaboração de determinados indicadores de atividades econômicas importantes. Ao permitirem a mensuração e a valoração da produção doméstica e do trabalho não remunerado, melhoram a cobertura de atividades econômicas (geralmente, exercidas pelas mulheres) nas pesquisas domiciliares e possibilitam um registro mais preciso das condições e estilos de vida e padrões de uso do tempo da população.

Há duas formas de coleta de dados sobre uso do tempo: *i)* questionários ou entrevistas presenciais ou por telefone (*recall data*); e *ii)* diários das atividades em que os indivíduos reportam o seu uso do tempo nas últimas 24 horas ou semana de referência (*time diaries*). Uma limitação quanto ao primeiro tipo de instrumento de coleta é que apenas um número restrito de categorias de uso do tempo é incluído no questionário ou na entrevista, além de esta forma de coleta ser mais suscetível a erros do que os diários de atividades. Outra limitação dos questionários/entrevistas é o "erro de memória" (*recall error*), na medida em que a memória dos entrevistados, mesmo que em passado recente, pode subestimar as atividades que demandaram pouco tempo ou superestimar aquelas que demandaram muitas horas (Birch, Le e Miller, 2009). Como bem observam Aguiar, Hurst e Karabarbounis (2012), quando o instrumento de coleta é feito por meio de diários de atividades, as estatísticas de uso do tempo – em especial as dedicadas à alocação do tempo em atividades não relacionadas ao mercado de trabalho – produzem informações mais precisas do que a coleta por meio de entrevista presencial (*recall data*).[18] Os autores ainda chamam a atenção para diversos estudos em que as estimativas de uso do

17. Com relação a este último tópico – cálculo de produto nacional –, ver o estudo de Melo, Considera e Di Sabbato (2007). Os autores propõem uma medida de valor para as atividades em afazeres domésticos, não remuneradas, e não contabilizadas no cálculo do produto interno bruto (PIB) brasileiro. A base de dados utilizada no estudo tem como fonte a PNAD, que, embora não seja uma pesquisa específica de uso do tempo, divulga dados sobre as horas semanais dedicadas a afazeres domésticos desde 2001.

18. Os autores observam, porém, que pesquisas de uso do tempo com base em diários das atividades podem apresentar muitos valores iguais a zero para determinadas atividades, o que sugeriria o uso do método de estimação *Tobit* para corrigir o problema. Stewart (2009), no entanto, argumenta que a questão dos zeros em pesquisas de uso do tempo se deve muito mais à diferença entre o período em que os dados são obtidos (por meio dos diários) e o período de referência da pesquisa, que costuma ser muito mais longo do que o primeiro. Como resultado, uma ampla parcela de observações tem valor zero para o tempo gasto em muitas atividades, mesmo se os indivíduos realizam tais atividades de forma regular. O autor sugere que modelos em dois estágios (de duas partes) ou de mínimos quadrados ordinários são preferíveis ao método *Tobit*.

tempo obtidas por meio de questionários/entrevistas excedem a dotação total de tempo delimitada na pesquisa (ver, por exemplo, Robinson e Godbey, 1999).[19]

4.1 A experiência internacional

As recomendações relativas à produção e coleta de informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado tiveram como marco inicial a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Pequim, em 1995 (ONU, 1995). Esta conferência resultou na elaboração da chamada Plataforma de Pequim, em que se propôs o desenvolvimento de métodos, nas instâncias apropriadas (serviços de estatística nacionais, regionais e internacionais, órgãos governamentais e organismos das Nações Unidas), para estimar o valor, em termos quantitativos, de trabalhos não remunerados que ficam fora das contas nacionais. Outra meta importante estabelecida pela Plataforma de Pequim foi desenvolver uma classificação internacional de atividades para as estatísticas sobre uso do tempo, na qual fossem avaliadas as diferenças entre mulheres e homens, em relação ao trabalho remunerado e não remunerado (Barajas, 2016).

Ao longo das últimas décadas, inúmeros países têm desenvolvido pesquisas específicas para o uso do tempo (National Time Use Surveys).[20] Muitas dessas pesquisas se baseiam na Classificação Internacional de Uso do Tempo (International Classification of Activities for Time-Use Statistics – ICATUS), proposta pela primeira vez em 1997 e revisada em 2001, elaborada pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, com o objetivo de apoiar os países interessados na realização de pesquisas de uso do tempo, fornecendo-lhes a estrutura de uma classificação que pode ser adaptada de acordo com as suas características específicas e que possibilita a comparação internacional (ONU, 1995). Soares e Saboia (2007) destacam que outro importante instrumento para a uniformização das informações sobre o uso do tempo entre países é a classificação para atividades econômicas International Standard Industrial Classification (ISIC).[21]

19. Por sua vez, Birch, Le e Miller (2009) mencionam o estudo de Siminski (2006), que, ao comparar pesquisas de uso do tempo para a Austrália com base nos dois instrumentos de coleta, não encontra muita variação (em termos do tamanho relativo dos impactos estimados) nos determinantes do tempo alocado para atividades em afazeres domésticos.
20. Segundo Birch, Le e Miller (2009), as primeiras pesquisas de uso do tempo datam de 1913 e foram direcionadas ao tempo dedicado ao trabalho não remunerado para pequenas amostras dos Estados Unidos e do Reino Unido.
21. No caso do Brasil, a classificação utilizada para investigação e análise das atividades econômicas é a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE).

Atualmente, a evidência internacional é bastante ampla em pesquisas que documentam como os indivíduos usam o seu tempo fora do trabalho em mercado. Com relação aos Estados Unidos, no período de 1965 a 1999, foram produzidas cinco grandes pesquisas de uso do tempo (Aguiar, Hurst e Karabarbounis, 2012).[22] Todavia, só foi a partir do início dos anos 2000 que avanços substanciais foram realizados tanto na coleta quanto na harmonização e periodicidade de informações sobre o uso do tempo dos americanos. Conduzida desde 2003, a American Time Use Survey (ATUS), patrocinada pelo Bureau of Labor Statistics e conduzida pelo U.S. Census Bureau, cobre mais de quatrocentas categorias detalhadas de uso do tempo e é considerada como o "estado da arte" das pesquisas sobre o tema. Entre 2004 e 2016, a amostra anual da ATUS incluiu aproximadamente 26.400 indivíduos com mais de 15 anos de idade, utilizando a entrevista telefônica, tendo o sistema Computer-Assisted Telephone Interviewing (CATI) como instrumento de coleta de informações da pesquisa.[23]

As informações sobre o uso do tempo em vários países podem ser obtidas pelo Multinational Time Use Study (MTUS), um sistema que compatibiliza mais de sessenta bases de dados de mais de 25 países ao longo dos últimos quarenta anos, incluindo a ATUS.[24] De forma semelhante à experiência americana, diversos países têm desenvolvido um arcabouço específico bem estabelecido sobre captação e disseminação de informações sobre o uso do tempo. Atualmente, em países como Holanda, Dinamarca, Reino Unido, França e Canadá, as pesquisas de uso do tempo são realizadas periodicamente. Desde meados dos anos 1960, a Austrália também tem

22. São elas: *i)* American's Use of Time, entre 1965 e 1966; *ii)* Time Use in Economic and Social Accounts, entre 1975 e 1976; *iii)* American's Use of Tim', em 1985; *iv)* National Human Activity Pattern Survey, entre 1992 e 1994; e *v)* Family Interaction, Social Capital, and Trends in Time Use Study, entre 1998 e 1999. Todas as pesquisas utilizaram um questionário com perguntas sobre as atividades do dia anterior como instrumento de coleta. Para uma descrição mais detalhada de cada uma dessas pesquisas, ver Aguiar, Hurst e Karabarbounis (2012).

23. A amostra de 2003 da ATUS foi um pouco maior (com 40.500 entrevistados) se comparada aos outros anos. Para mais informação sobre a ATUS, ver a página da Bureau of Labor Statistics, disponível em: <https://www.bls.gov/tus/>.

24. Entre os diversos países pesquisados, constam: Austrália, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega e Reino Unido. A maior parte dos instrumentos de coleta utilizados são entrevistas com base nas atividades das últimas 24 horas, semelhantes aos da ATUS, disponível em: <https://www.timeuse.org/mtus>.

contribuído de forma importante nessa área, ao conduzir pesquisas baseadas tanto no método de questionários quanto de diários.[25]

Na América Latina, por sua vez, diversos países têm realizado, nos últimos anos, pesquisas independentes a respeito do uso do tempo ou acrescentaram módulos ou baterias de perguntas sobre o tema nas pesquisas tradicionais de domicílios e emprego. Em um levantamento feito por Barajas (2016), identifica-se que, entre dezenove países, Brasil, México e Cuba foram os pioneiros no levantamento de informações sobre o uso do tempo na América Latina e no Caribe, embora com diferentes instrumentos e formas de coletar informações (Barajas, 2016, p. 28). Desde meados dos anos 2000, tem havido um intenso esforço por parte de diversas instâncias oficiais para aprimorar e harmonizar as pesquisas de uso do tempo entre países da região. Este esforço culminou com a Classificação de Atividades de Uso do Tempo para a América Latina e o Caribe (CAUTAL), adotada durante a VIII Reunião da Conferência Estatística das Américas (CEA) da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), realizada no Equador em novembro de 2015.[26]

5 BASE DE DADOS

O Brasil não possui ainda uma pesquisa específica em âmbito nacional sobre o uso do tempo, embora algumas experiências tenham sido realizadas sobre o tema.[27] Os primeiros dados nacionais e oficiais sobre atividades do uso do tempo no Brasil começaram a ser

25. A Time Use Survey (TUS), conduzida pela Agência Estatística Oficial Australiana (Australian Bureau of Statistics – ABS), é uma pesquisa específica sobre uso do tempo que utiliza o método de diário de atividades e tem periodicidade irregular (1992, 1997 e 2006), disponível em: <www.abs.gov.au>. Já a Household, Income, and Labour Dynamics in Australia (HILDA), conduzida pelo Melbourne Institute, é um painel iniciado em 2001 que capta informações dos mais diversos tópicos, incluindo sobre o uso do tempo. O método utilizado pela HILDA para captar o uso do tempo é o questionário e a sua periodicidade é anual, disponível em: <http://melbourneinstitute.unimelb.edu.au/hilda>.
26. A CAUTAL foi resultado de uma extensa atividade do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Gênero (GTEG), formado na CEA de 2006, liderado pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México (INEGI) com o apoio da CEPAL, da ONU Mulheres e do Instituto Nacional das Mulheres do México, e responde à necessidade dos países da América Latina e do Caribe de contar com um instrumento com enfoque de gênero e adequado ao contexto regional que permita a harmonização e padronização das pesquisas de uso do tempo. Os países integrantes do GTEG são: Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Panamá, República Dominicana e Venezuela. Informações disponíveis em: <http://www.cepal.org>.
27. Ver apêndice A para uma análise sobre a experiência brasileira em relação ao desenvolvimento de pesquisas de uso do tempo.

obtidos em 1992, quando o IBGE incluiu na PNAD dois quesitos relacionados ao uso do tempo: um que indagava sobre a realização de afazeres domésticos por parte de todos os membros do domicílio e outro questionando sobre o tempo médio gasto semanalmente pelas pessoas ocupadas no deslocamento entre o domicílio e o local de trabalho.[28] A incorporação destas duas perguntas possibilitou discussões sobre a divisão sexual do trabalho, responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas e dupla jornada de trabalho para as mulheres brasileiras (Fontoura *et al.*, 2010).

A análise empírica apresentada neste texto utiliza informações da PNAD, conduzida desde 1967 pelo IBGE – ela é uma pesquisa domiciliar, com representatividade nacional, realizada anualmente, cujas informações são referentes às características gerais da população, migração, educação, trabalho. Esta pesquisa não é específica de uso do tempo e, por isso, a única medida possível de lazer é a definição mais abrangente adotada por Aguiar e Hurst (2007). Ou seja, lazer é definido de forma residual: a dotação total do tempo é descontada do trabalho no mercado, em afazeres domésticos e do tempo de deslocamento casa-trabalho. Assim, as principais variáveis da PNAD utilizadas para a definição de lazer nesse estudo são as horas semanais trabalhadas no mercado, as dedicadas aos afazeres domésticos e as de deslocamento casa-trabalho.

As horas normalmente trabalhadas no mercado por semana, disponibilizadas a partir de 1976, referem-se àquelas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, no secundário e nos demais trabalhos remunerados que a pessoa tinha na semana de referência. A definição de trabalho no mercado (ou trabalho em atividade econômica) segue a definição de trabalho adotada pelo IBGE e compreende o trabalho remunerado, o não remunerado exercido em determinadas atividades e o trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso.[29]

28. A informação sobre o tempo médio dedicado semanalmente ao trabalho no mercado começou a ser coletada pela PNAD a partir de 1976. Na PNAD de 1982, foram incluídos quesitos que visavam investigar as pessoas que realizavam atividades físicas e quantas vezes por semana, o tempo dedicado assistindo televisão e realizando afazeres domésticos, o tempo que normalmente trabalhavam por semana e o horário de início e término das aulas para os estudantes (Soares e Saboia, 2007).

29. São considerados trabalhos não remunerados os exercidos em: *i)* ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; *ii)* ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou *iii)* como aprendiz ou estagiário. Foram incluídas também as horas que a pessoa habitualmente ocupava fora do local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação no trabalho considerado.

As horas dedicadas aos afazeres domésticos, disponibilizadas a partir de 2001, são contabilizadas semanalmente.[30] A PNAD define afazeres domésticos como a realização de tarefas ou atividades que não se enquadram no conceito de trabalho remunerado, como: *i)* arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; *ii)* cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); *iii)* orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; *iv)* cuidar de filhos ou menores moradores; ou *v)* limpar o quintal ou terreno que circunda a residência. Vale observar que, para chegar ao número de horas – tanto as normalmente trabalhadas na semana quanto as dedicadas aos afazeres domésticos –, a investigação da PNAD foi feita em horas inteiras, considerando trinta minutos ou mais como uma hora e desprezando os períodos inferiores a trinta minutos.

A variável sobre o tempo que os indivíduos gastam nos deslocamentos de casa para o trabalho (código V9057), disponibilizada pelo IBGE desde 1992, é construída como variável categórica com os seguintes intervalos: *i)* até trinta minutos; *ii)* entre trinta minutos e uma hora; *iii)* entre uma e duas horas; e *iv)* duas horas ou mais.[31] Com base no método adotado em Pereira e Schwanen (2013) e sugerido em Bussab e Morettin (1987), o tempo médio de deslocamento das viagens foi calculado utilizando o ponto médio de cada categoria intermediária e o primeiro ponto da última categoria aberta.[32]

A definição de lazer adotada neste estudo compreende a dotação do tempo semanal de uma pessoa (168 horas semanais) menos as horas normalmente trabalhadas no mercado por semana, as horas que habitualmente dedicava aos afazeres domésticos e o tempo gasto no deslocamento de casa para o trabalho. A amostra utilizada é composta

30. Importante observar que ao longo do texto usamos os termos "trabalho não remunerado" ou "trabalho doméstico" como referência ao trabalho dedicado aos afazeres domésticos. Ambos têm definições distintas na PNAD: o trabalho não remunerado está associado ao trabalho em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como empregado na produção de bens primários, como conta própria ou empregador, enquanto o trabalho doméstico está associado à posição ocupacional de emprego doméstico.
31. Pereira e Schwanen (2013) afirmam que a PNAD é a única pesquisa amostral de larga escala que permite monitorar anualmente quanto tempo as pessoas gastam em viagens casa-trabalho em níveis nacional, estadual e metropolitano.
32. É importante observar que esta pergunta no questionário da PNAD é feita apenas para aquelas pessoas que declararam fazer viagens de casa direto para o trabalho. Pessoas que trabalham de casa ou cujo emprego se localiza dentro do mesmo terreno onde moram não são consideradas.

por homens e mulheres com idade entre 24 e 64 anos para os anos de 2001 a 2015.[33] Para manter a comparabilidade das PNADs ao longo do tempo, foi preciso harmonizá-las retirando as informações dos indivíduos moradores em áreas rurais da região Norte, pois apenas a partir de 2004 essas áreas passaram a fazer parte da amostra das PNADs.

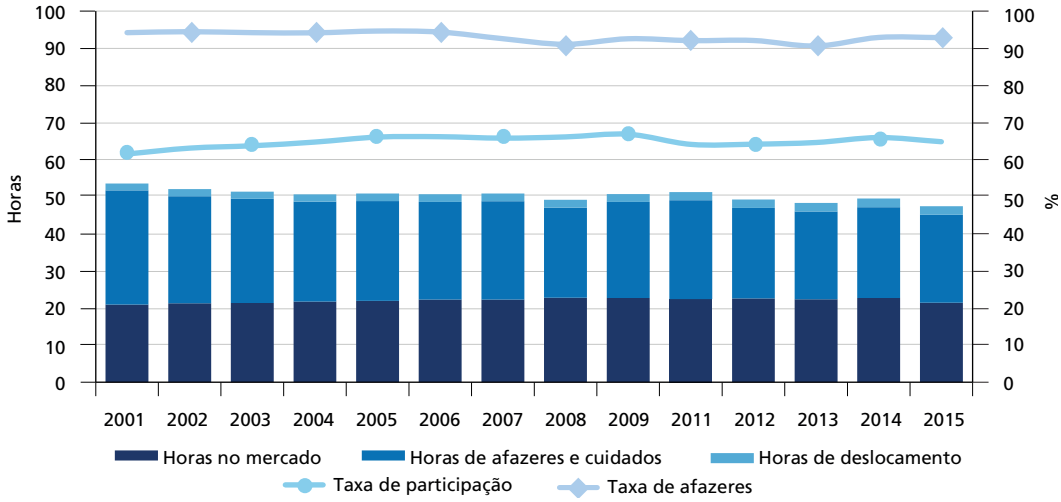
Para análise da evolução do uso do tempo no Brasil, serão utilizadas duas abordagens. A primeira é uma análise descritiva da evolução da média amostral de cada atividade de uso do tempo (horas de trabalho no mercado, em afazeres domésticos, de deslocamento de casa para o trabalho e dedicadas ao lazer) ao longo do período 2001-2015. A segunda abordagem trata de condicionar as variações das atividades do uso do tempo em variáveis demográficas (idade, educação, estado conjugal etc.). As duas são apresentadas nas seções 6, 7 e 8 deste trabalho.

6 TRABALHO REMUNERADO, NÃO REMUNERADO E DESLOCAMENTO NO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2001-2015

Os gráficos 1 e 2 mostram a evolução da oferta de trabalho remunerado e não remunerado, tanto na margem extensiva quanto na intensiva, para as mulheres e os homens brasileiros entre 2001 e 2015. No que diz respeito à taxa de participação no mercado de trabalho, há uma diferença bastante expressiva entre homens e mulheres ao longo do período. Em média, a taxa de participação dos homens supera a das mulheres em mais de 24 pontos percentuais (p.p.). O gráfico 1 revela que a taxa de participação feminina no Brasil teve um aumento de 4 p.p. durante o período de análise (de 61%, em 2001, para 65%, em 2015). A taxa de participação masculina, ainda que bem mais alta que a feminina, sofreu uma leve redução no decorrer de todo o período. Enquanto em 2001 a taxa de participação no mercado dos homens, entre 24 e 64 anos, foi de 90%, em 2015 esta mesma taxa alcançou 88% (uma queda, portanto, de 2 p.p.) (gráfico 2).

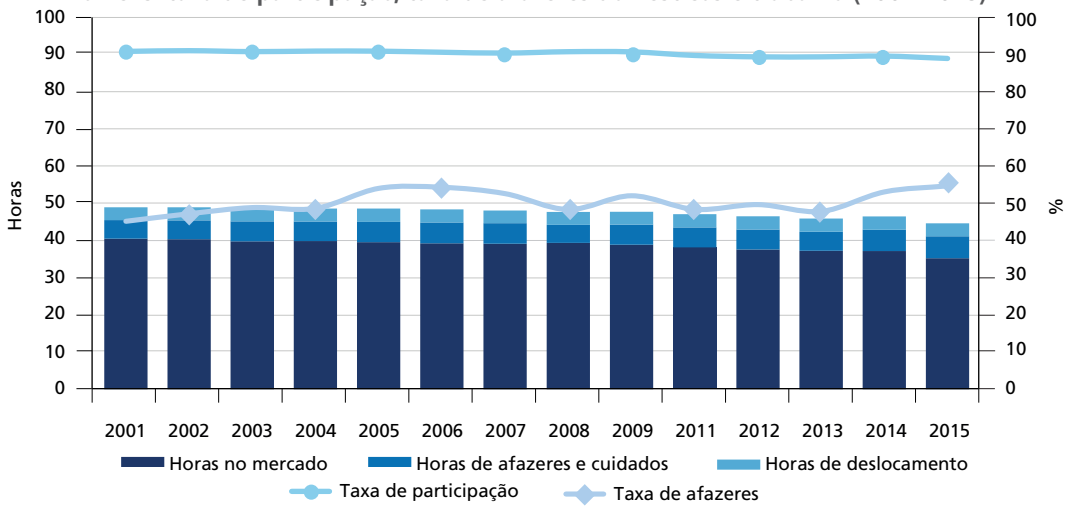
33. Vale observar que a PNAD não foi realizada em 2010 em função do Censo Demográfico feito pelo IBGE.

GRÁFICO 1
Mulheres: taxa de participação, taxa de afazeres domésticos e trabalho (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

GRÁFICO 2
Homens: taxa de participação, taxa de afazeres domésticos e trabalho (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

Com relação ao trabalho não remunerado na realização de afazeres domésticos, os dois gráficos revelam, novamente, uma diferença significativa entre homens e mulheres. Entre o total de mulheres, a proporção das que realizam afazeres domésticos (taxa de afazeres domésticos) fica acima de 91% ao longo de todo o período. Para os homens,

esta proporção é bem menor, não ultrapassando a taxa de 55%. Quanto à evolução intertemporal da taxa de afazeres domésticos feminina, o gráfico 1 revela que ela se manteve relativamente estável durante o período. A proporção dos homens, por sua vez, apresentou uma elevação de 10 p.p., passando de 45% em 2001 para 55% em 2015 (gráfico 2).[34]

Nos últimos anos, algumas mudanças importantes foram observadas com relação ao uso do tempo dedicado ao trabalho no mercado e em afazeres domésticos. Por um lado, o gráfico 1 revela um aumento nas horas trabalhadas no mercado entre as mulheres até 2014 (de 21 para 23 horas semanais), e uma redução em 2015 (voltando a 21 horas semanais). Os homens, por outro lado, apresentaram uma redução de cinco horas semanais no período, passando de 40 horas de trabalho semanais em 2001 para 35 horas em 2015 (gráfico 2). Tais resultados se assemelham àqueles encontrados em Aguiar e Hurst (2007), em que se verifica uma elevação das horas dedicadas ao trabalho no mercado para as mulheres americanas e uma redução dessas horas para os homens americanos.[35]

Com relação às horas despendidas em afazeres domésticos, o gráfico 1 aponta uma redução significativa para as mulheres brasileiras (queda de sete horas semanais), enquanto o gráfico 2 mostra um aumento bastante pequeno para os homens brasileiros (de cinco horas semanais em 2001 para seis horas em 2015). Neste caso, os resultados também são semelhantes aos encontrados em Aguiar e Hurst (2007).[36] Essas diferenças por gênero quanto ao uso do tempo com relação ao trabalho não remunerado têm se estreitado ao longo dos últimos anos, não só no Brasil e nos Estados Unidos, mas também na maior parte dos países do Ocidente (Browning, Chiappori e Weiss, 2014).

34. Vale destacar que, se apenas a população ocupada for considerada, a média da taxa de afazeres domésticos para as mulheres, ao longo do período de 2001 a 2015, reduz-se para 75% (população de mulheres ocupadas), enquanto a média para os homens se mantém em torno de 50%. Os gráficos B.1 e B.2 no apêndice B são bastante semelhantes aos gráficos 1 e 2 mostrados nesta seção. A diferença é que, nos primeiros, todas as estatísticas apresentadas são válidas para a população das mulheres ocupadas e para a dos homens ocupados.

35. A magnitude da variação dessas horas encontradas em Aguiar e Hurst (2007) é maior do que a encontrada para o Brasil. Vale observar também que a extensão do período é bem maior no estudo americano. Os homens americanos reduziram, em média, onze horas de trabalho dedicadas ao mercado entre 1965 e 2003 e as mulheres apresentaram uma elevação de cinco horas de trabalho no mercado nesse mesmo período (Aguiar e Hurst, 2007).

36. Novamente, a magnitude da variação é bem mais alta para os americanos. Com relação aos afazeres domésticos, os homens apresentaram um aumento de quatro horas semanais no período de 1965 a 2003, enquanto as mulheres mostraram uma redução de treze horas semanais no mesmo período (Aguiar e Hurst, 2007).

De forma geral, a literatura aponta alguns fatores que contribuíram para essa redução da jornada de trabalho doméstico, em especial a das mulheres, gerando efeitos positivos na sua entrada na força de trabalho. Entre os principais, encontram-se as transformações ocorridas na estrutura e na composição das famílias, além de uma maior facilidade de arranjos formais e informais para o cuidado dos filhos e da maior eficiência na produção de bens e serviços domésticos (Browning, Chiappori e Weiss, 2014; Greenwood, Seshadri e Yorukoglu, 2005; Goldin, 1989; Heckman, 1974).

Os gráficos 1 e 2 ainda revelam outra informação importante quanto ao uso do tempo dedicado ao trabalho: se o total de horas trabalhadas (trabalho remunerado no mercado mais o não remunerado em afazeres domésticos) for considerado, as mulheres trabalham mais do que os homens. Para ambos os sexos, verifica-se uma redução de trabalho total ao longo do período de análise. Em 2001, o total de horas trabalhadas das mulheres era de 52 horas semanais, enquanto em 2015 foi de 45 horas. Para os homens, houve uma queda de quatro horas semanais ao longo do período (de 45 horas, em 2001, para 41 horas, em 2015). Portanto, em termos absolutos, as mulheres trabalhavam sete horas a mais do que os homens em 2001 e, em 2015, essa diferença reduziu-se para quatro horas.

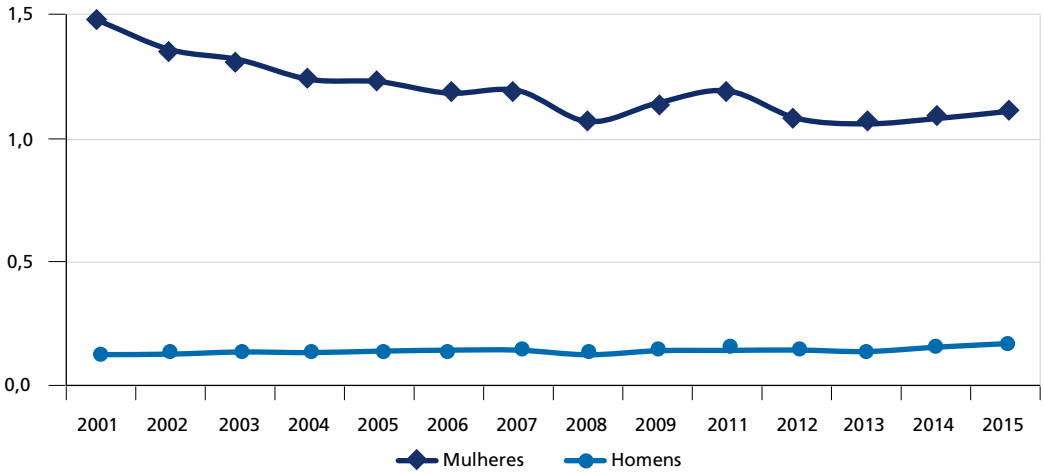
Como exposto anteriormente e de forma semelhante aos resultados encontrados em Aguiar e Hurst (2007), a redução do número de horas de trabalho total ao longo de todo o período de análise ocorre por razões diferentes entre homens e mulheres. Para as últimas, esta redução é explicada majoritariamente pela diminuição das horas de trabalho em afazeres domésticos, enquanto para os homens a redução do total de horas trabalhadas se verifica pela diminuição preponderante das horas de trabalho no mercado.[37]

Outra forma interessante de explorar as diferenças de horas trabalhadas entre homens e mulheres é analisar a proporção das horas trabalhadas em afazeres domésticos em relação às trabalhadas no mercado. O gráfico 3 mostra a evolução dessa proporção para ambos os sexos ao longo do período 2001-2015, que tem a diferença bastante

37. Vale lembrar que em Aguiar e Hurst (2007) se verifica uma redução significativa das horas em afazeres domésticos para as mulheres. Essa redução foi maior, em termos absolutos, ao aumento das horas de trabalho no mercado, o que gerou a redução nas horas de trabalho total.

expressiva. Em 2001, a razão das horas despendidas em afazeres domésticos em relação às de trabalho no mercado era de 1,47 para as mulheres. Para os homens, essa razão era de apenas 0,12. Todavia, a diferença dessa proporção se reduziu ao longo do tempo: em 2015, a razão entre horas dedicadas aos afazeres e horas dedicadas ao mercado foi de 1,11 para as mulheres e de 0,17 para os homens.[38] Ainda que as diferenças entre homens e mulheres continuem bastante elevadas, essas estatísticas sugerem que, enquanto as mulheres estão se dedicando cada vez menos ao trabalho doméstico, os homens estão caminhando na tendência oposta. Tais tendências, ainda que bastante sutis, podem sinalizar mudanças importantes na divisão de trabalho por sexo na sociedade e no papel da mulher tanto no trabalho doméstico quanto no mercado.

GRÁFICO 3
Razão entre horas de trabalho não remunerado (afazeres domésticos) e horas de trabalho remunerado (no mercado) (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

Esta seção se dedicou a mostrar a evolução da oferta de trabalho das mulheres e dos homens brasileiros ao longo do período entre 2001 e 2015. Algumas tendências e diferenças apresentadas reproduzem os fatos estilizados amplamente disseminados na literatura sobre o tema. Por exemplo, do ponto de vista da margem extensiva, a taxa

38. O gráfico B.3, no apêndice B, mostra a evolução da razão entre horas em afazeres e horas no mercado para a população de mulheres ocupadas e de homens ocupados. Em comparação com o gráfico 3, o gráfico B.3 revela, como esperado, uma redução dessa proporção para as mulheres ao longo do período de análise. Entre os homens ocupados, há também uma redução dessa proporção, mas em magnitude bem inferior à verificada para as mulheres.

de participação no mercado de trabalho dos homens supera de forma expressiva a das mulheres, ainda que essa diferença esteja se reduzindo ao longo do tempo. No entanto, com relação à taxa de afazeres domésticos, o oposto se verifica. Entre o total de mulheres, a proporção das que os realizam é significativamente maior do que a dos homens. Do ponto de vista da margem intensiva, as diferenças entre o trabalho no mercado e o doméstico prevalecem. Homens dedicam mais horas de trabalho no mercado e menos horas no trabalho doméstico do que as mulheres. Essas diferenças em relação ao uso do tempo também têm se estreitado com o decorrer dos anos.

As próximas subseções mostram de forma mais desagregada a evolução do uso do tempo com o objetivo de identificar se alguns fatores demográficos foram relevantes para explicar tais tendências. Além do trabalho no mercado e em afazeres domésticos, é apresentada também a evolução das horas de deslocamento entre casa e trabalho e as dedicadas ao lazer.

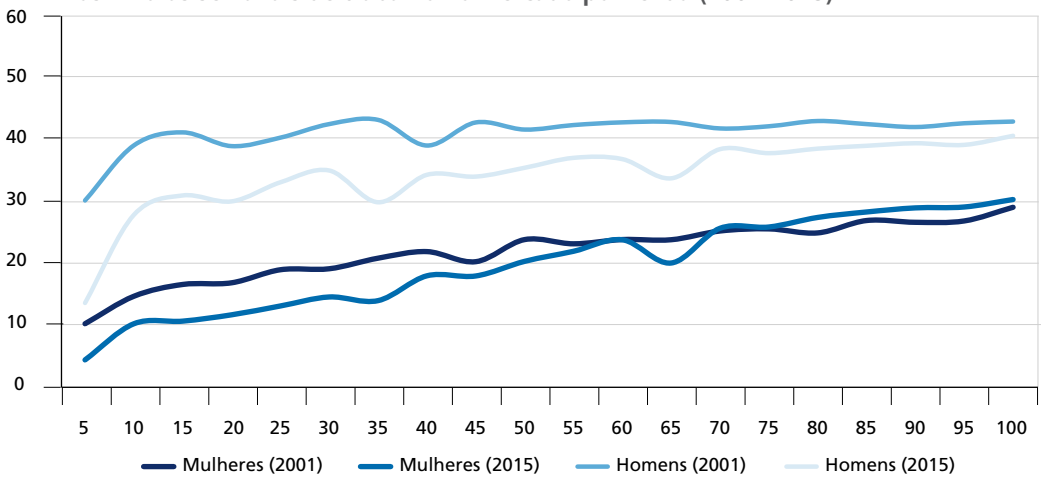
6.1 Trabalho remunerado (no mercado)

O gráfico 4 mostra a evolução da jornada semanal de trabalho no mercado por vigésimos de renda entre 2001 e 2015. Para os homens, o gráfico revela que a queda das horas de trabalho no mercado ocorrida no período (verificada anteriormente) atingiu todos os níveis de renda. Para as mulheres, no entanto, os vigésimos superiores de renda (acima do 13º) se defrontam com um aumento da jornada de trabalho no mercado entre 2001 e 2015.

O gráfico 5 mostra a evolução da jornada semanal de trabalho no mercado por nível educacional (com e sem ensino superior completo) para homens e mulheres ao longo do período de 2001 a 2015. Para os homens, o gráfico revela que no início do período (entre 2001 e 2003) as jornadas semanais de trabalho no mercado eram bastante próximas para ambos os níveis de qualificação: em torno de quarenta horas semanais. No restante do período, entretanto, a diferença de jornadas entre os homens com alta qualificação e os homens com baixa qualificação se expande. Em 2015, a jornada dos homens com ensino superior (37 horas) foi mais elevada que a daqueles com ensino superior incompleto (34 horas). Como mencionado anteriormente, a jornada semanal dos homens, para ambos os níveis de qualificação, mostra uma tendência de queda ao longo do tempo. Para as mulheres, a diferença de jornada de trabalho no mercado, por nível de qualificação, foi bem mais ampla do que a dos homens. Ao longo de todo o período analisado, as mulheres mais qualificadas têm, em média, uma jornada de oito horas a mais do que as menos qualificadas. Com exceção de 2015, ano em que há uma leve queda

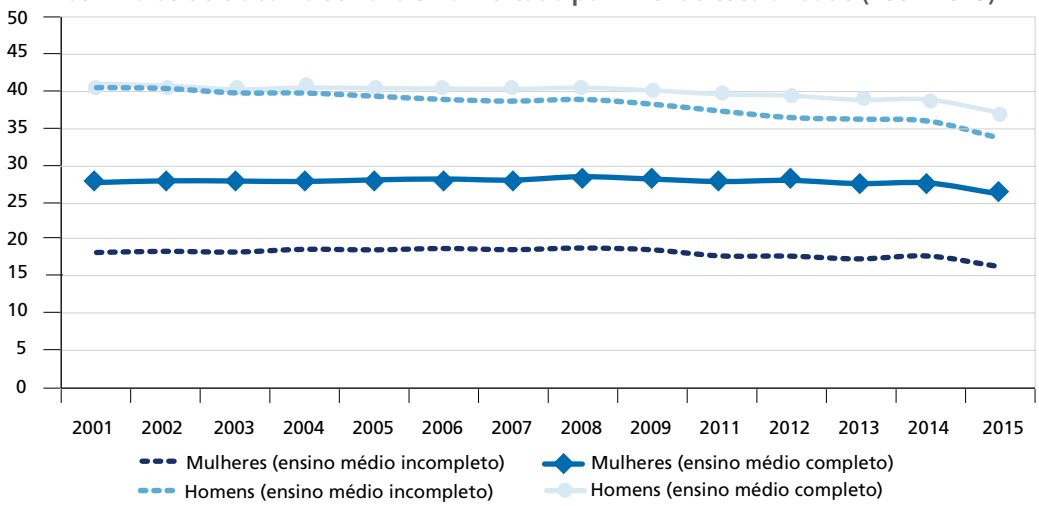
da média de horas de trabalho remunerado, a evolução da jornada das mulheres, em ambos os níveis de qualificação, mostra uma estabilidade ao longo de todo o período.

GRÁFICO 4
Brasil: horas semanais de trabalho no mercado por renda (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

GRÁFICO 5
Brasil: horas de trabalho semanais no mercado por nível de escolaridade (2001-2015)

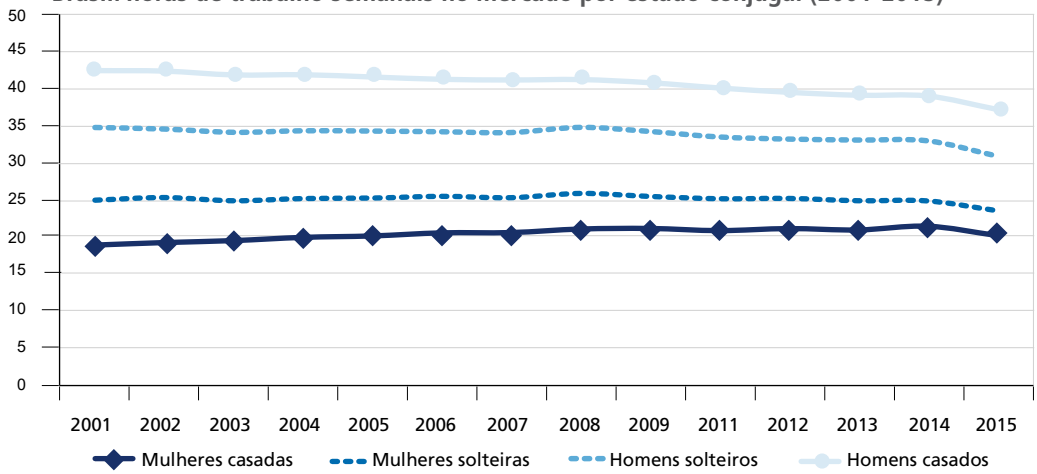


Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 6 mostra a evolução da jornada semanal de trabalho no mercado por estado conjugal para homens e mulheres ao longo do período de 2001 a 2015. Homens casados trabalham mais horas no mercado do que solteiros e mulheres casadas

trabalham menos horas do que solteiras. A diferença da média de horas semanais entre homens casados e solteiros se manteve estável ao longo de todo o período: seis horas semanais. Para as mulheres, a diferença de jornada de trabalho no mercado sofreu uma redução – em 2001, a diferença entre solteiras e casadas foi de seis horas; em 2015, ela se estreitou para quatro horas semanais.

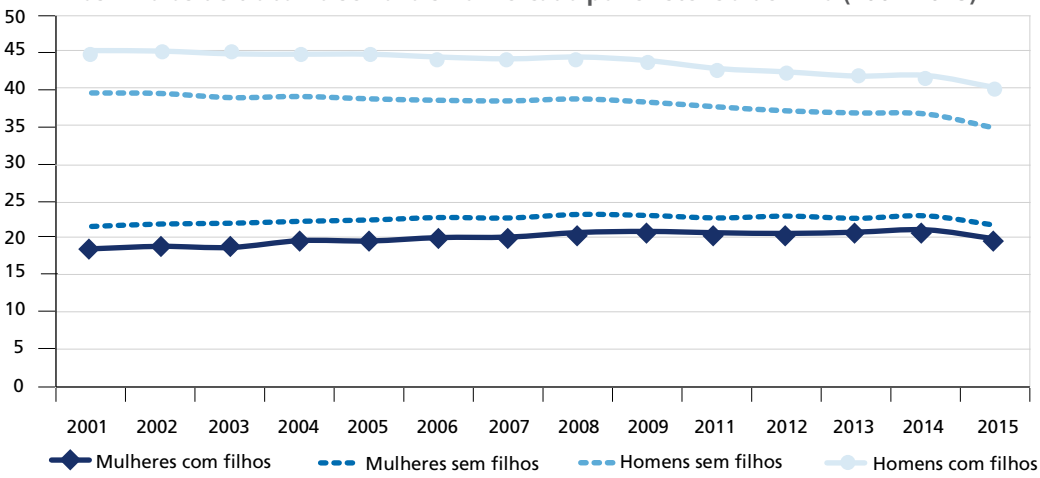
GRÁFICO 6
Brasil: horas de trabalho semanais no mercado por estado conjugal (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 7 mostra a evolução da jornada semanal de trabalho no mercado por condição da existência de filhos entre 0 e 4 anos de idade na família ao longo do período de 2001 a 2015. Homens com filhos trabalham mais horas no mercado do que homens sem filhos e mulheres com filhos trabalham menos horas do que mulheres sem filhos. A diferença da média de horas semanais entre homens com e sem filhos se manteve estável ao longo de todo o período: entre cinco e seis horas semanais. A diferença de jornada de trabalho no mercado entre mulheres sem e com filhos foi menor – em boa parte do período, ela ficou em torno de três e, a partir de 2011, em aproximadamente duas horas semanais.

GRÁFICO 7
Brasil: horas de trabalho semanais no mercado por existência de filho (2001-2015)

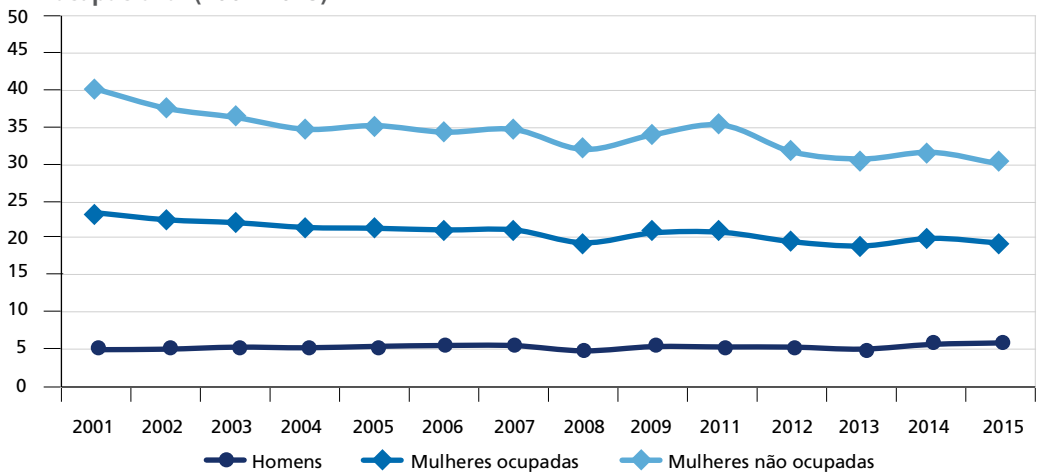


Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

6.2 Trabalho não remunerado (em afazeres domésticos)

Com relação à evolução de trabalho em afazeres domésticos, há uma distinção bastante significativa entre a jornada das mulheres ocupadas e a daquelas que não têm ocupação, o que não ocorre com os homens. O gráfico 8 mostra a evolução das horas de trabalho em afazeres domésticos das mulheres ocupadas, não ocupadas e dos homens ao longo do período de 2001 a 2015. Como visto anteriormente, nota-se uma queda da jornada para as mulheres e uma estabilidade para os homens. Em 2001, as mulheres não ocupadas trabalharam, em média, 40 horas semanais, enquanto a jornada das ocupadas foi de 23 horas, ou seja, uma diferença de 17 horas semanais a favor das mulheres não ocupadas. Essa diferença entre as mulheres ocupadas e não ocupadas se reduziu ao longo do tempo. Em 2015, as mulheres não ocupadas trabalharam, em média, onze horas semanais a mais do que as mulheres ocupadas. No que diz respeito às diferenças de jornadas entre homens e mulheres (e como visto anteriormente), o tempo dedicado aos afazeres domésticos das mulheres (ocupadas ou não) é bastante superior ao dos homens. Entre as não ocupadas e os homens, as diferenças são expressivas e chegam a 35 horas semanais em 2001 e 24 horas em 2015.

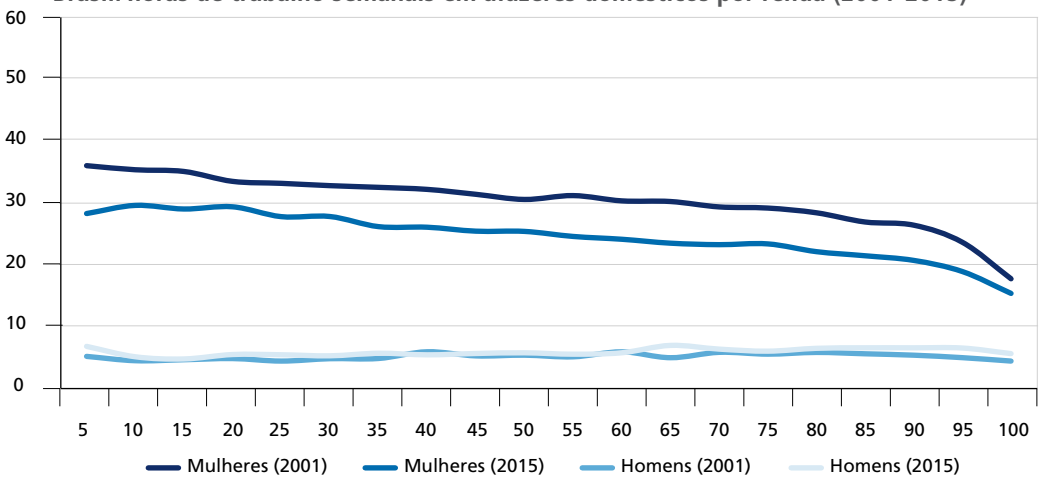
GRÁFICO 8
Brasil: horas de trabalho semanais em afazeres domésticos por estado ocupacional (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 9 mostra a evolução entre 2001 e 2015 da jornada semanal de trabalho em afazeres domésticos por vigésimos de renda. Para os homens, o gráfico revela uma estabilidade ao longo do tempo. Para as mulheres, no entanto, verifica-se uma redução para todas as classes de renda.

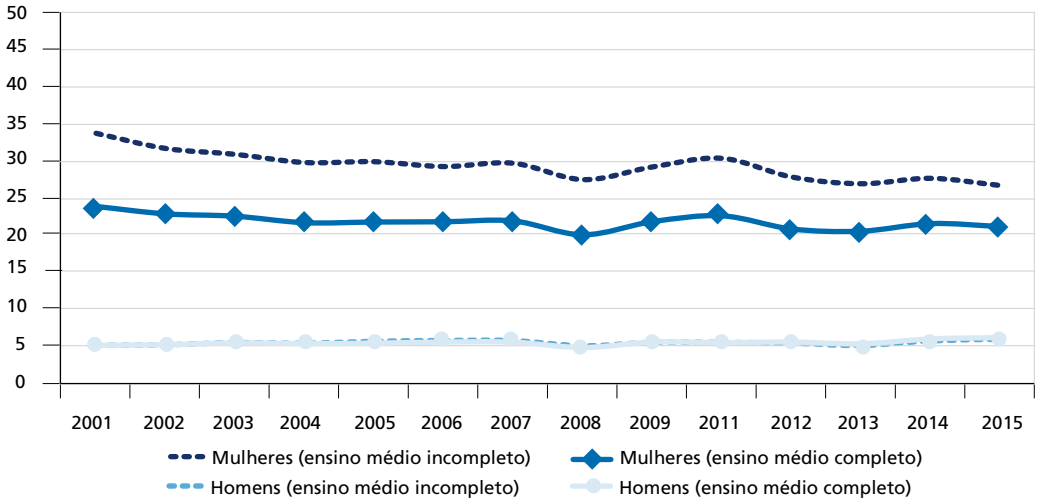
GRÁFICO 9
Brasil: horas de trabalho semanais em afazeres domésticos por renda (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 10 mostra a evolução da jornada de trabalho em afazeres domésticos por nível educacional. Ele revela que mulheres menos qualificadas (ensino superior incompleto) trabalham em média dez horas a mais do que as mulheres com maior qualificação (com ensino superior completo). Em média, as menos qualificadas trabalharam 28 horas semanais ao longo do período de 2001 e 2015. Os homens, por sua vez, trabalham bem menos do que as mulheres. É interessante notar que a jornada dos homens mais qualificados é bastante semelhante à daqueles com menor qualificação. A evolução da jornada de trabalho em afazeres domésticos dos homens mostra uma estabilidade (cinco horas semanais) ao longo do período, independentemente do grupo demográfico considerado. Vale observar que a jornada de trabalho doméstico para as mulheres sofre uma queda ao longo do período entre 2001 e 2015.

GRÁFICO 10
Brasil: horas de trabalho semanais em afazeres domésticos por nível de escolaridade (2001-2015)

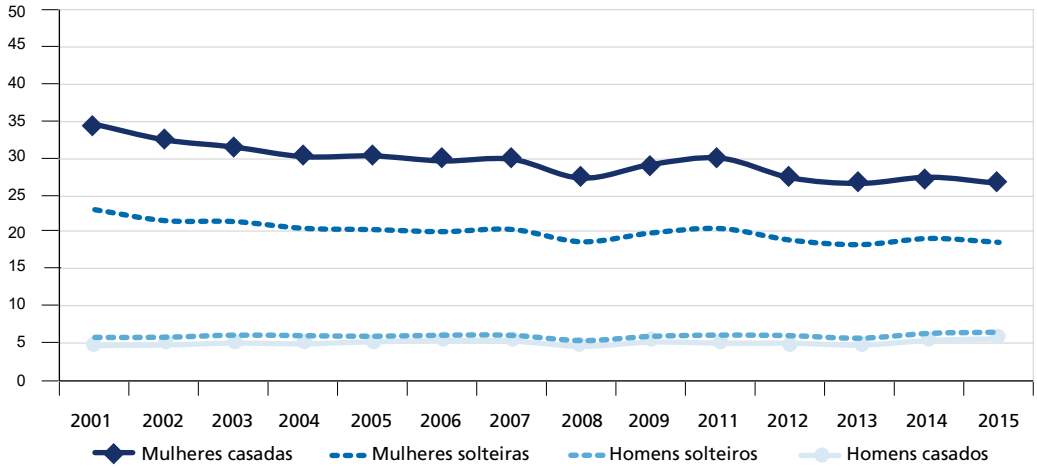


Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 11 mostra a evolução da jornada semanal de trabalho em afazeres domésticos por estado conjugal para homens e mulheres ao longo do período de 2001 a 2015. Homens casados dedicam menos horas em afazeres domésticos do que os solteiros, e mulheres casadas dedicam mais horas do que as solteiras. É interessante observar que essa relação é a oposta da encontrada na análise da jornada de trabalho no mercado, conforme mostra o gráfico 6. Pelo gráfico 11, é possível ainda observar que a diferença da média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos entre

homens solteiros e homens casados foi de no máximo uma hora no período de análise. A diferença de jornada de trabalho doméstico entre as mulheres casadas e as mulheres solteiras foi bem maior, variando entre 12 e 8 horas por semana, mas decrescente ao longo do período analisado. Em 2001, mulheres casadas realizavam afazeres domésticos em 35 horas por semana, enquanto as mulheres solteiras realizavam esses afazeres em 23 horas. Em 2015, a jornada das mulheres casadas se reduziu para 27 horas semanais e a das solteiras foi de 19 horas.

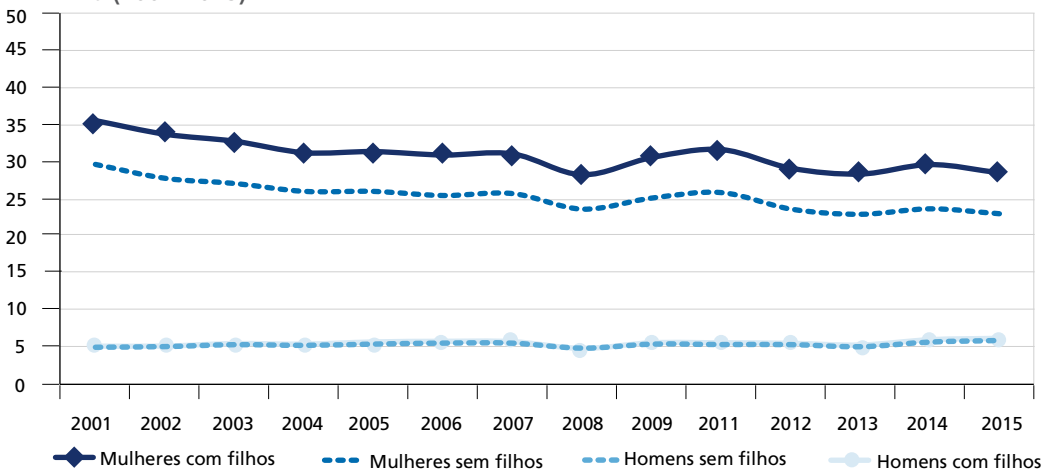
GRÁFICO 11
Brasil: horas de trabalho semanais em afazeres domésticos por estado conjugal (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 12 mostra a evolução da jornada de trabalho em afazeres domésticos por existência de filho de 0 a 4 anos de idade ao longo do período entre 2001 e 2015. Mulheres com filhos trabalham mais na realização de afazeres domésticos do que mulheres que não os têm. Em média, as mulheres com filhos pequenos trabalharam seis horas a mais do que as sem filhos no período analisado. Com relação aos homens, o gráfico revela, novamente, estabilidade ao longo do período. A média de horas semanais dedicadas ao trabalho em afazeres domésticos dos homens (cinco horas) foi bem abaixo da média das mulheres, independentemente da condição de se ter filhos ou não.

GRÁFICO 12
Brasil: horas de trabalho semanais em afazeres domésticos por existência de filho (2001-2015)



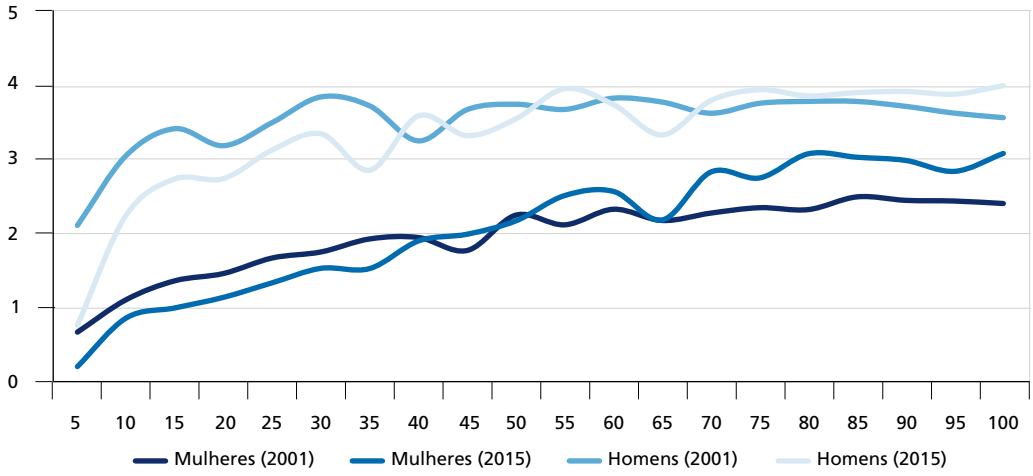
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

6.3 Horas de deslocamento de casa para o trabalho

Os gráficos desta subseção mostram a evolução da média do tempo semanal do deslocamento casa-trabalho-casa ao longo do período 2001-2015.[39] De forma semelhante à análise mostrada anteriormente, a evolução deste tipo de uso do tempo é apresentada de acordo com a renda, o nível educacional, o estado conjugal e a condição de filhos para homens e mulheres. Vale notar que, independentemente do grupo demográfico considerado, homens despendem mais tempo no deslocamento casa-trabalho-casa do que as mulheres. Outra observação digna de nota é que, com exceção da evolução por renda (gráfico 13), percebe-se que o tempo dedicado ao deslocamento acompanha em termos qualitativos a evolução do uso do tempo dedicado ao trabalho no mercado. O tempo no deslocamento é maior para os mais educados (homens e mulheres) em relação às pessoas com menor qualificação, conforme mostra o gráfico 14; homens casados utilizam mais tempo nesse deslocamento do que os solteiros e mulheres casadas despendem menos desse do que as solteiras (gráfico 15). Homens com filhos consomem mais tempo nesse deslocamento do que os sem filhos e mulheres com filhos gastam menos tempo do que as sem filhos (gráfico 16).

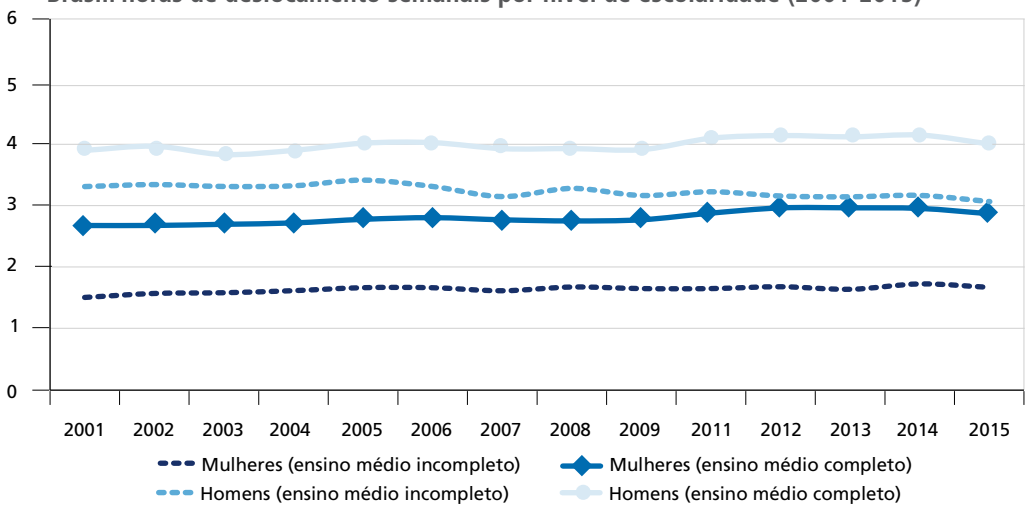
39. Vale observar que a análise é feita para toda a população. Se apenas a população ocupada for levada em conta, a média anual de tempo de deslocamento aumenta quaisquer que sejam os grupos demográficos analisados.

GRÁFICO 13
Brasil: horas de deslocamento semanais por renda (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

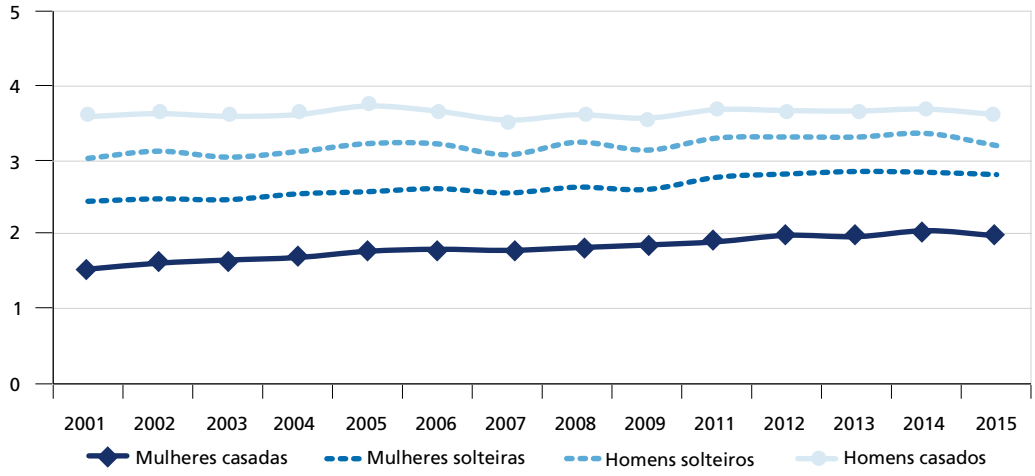
GRÁFICO 14
Brasil: horas de deslocamento semanais por nível de escolaridade (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

GRÁFICO 15

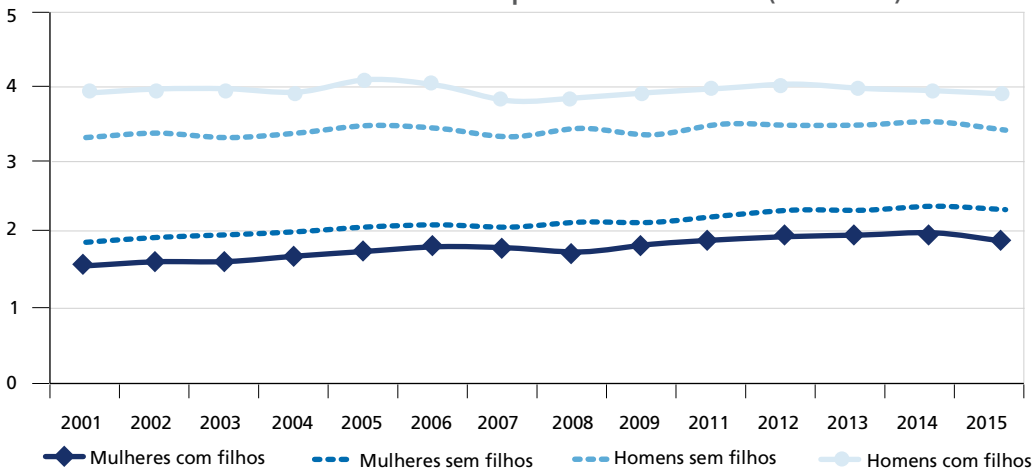
Brasil: horas de deslocamento semanais por estado conjugal (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

GRÁFICO 16

Brasil: horas de deslocamento semanais por existência de filho (2001-2015)

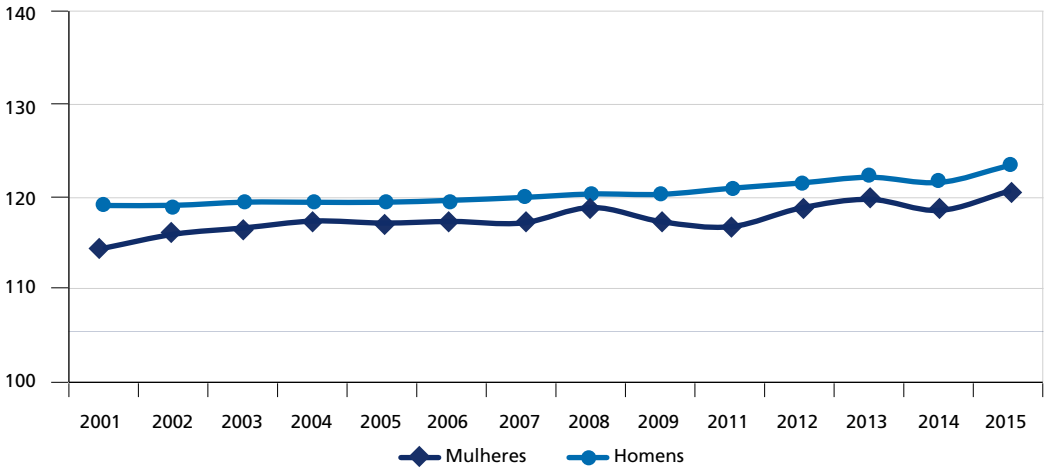


Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

7 TEMPO DEDICADO AO LAZER NO BRASIL[40]

O gráfico 17 mostra a evolução do tempo dedicado ao lazer ao longo do período de 2001 a 2015 no Brasil. Ele também revela uma elevação deste tempo tanto para homens quanto para mulheres. Em 2001, o tempo dedicado ao lazer para homens foi de 119 horas semanais, e para as mulheres, 114 horas. Em 2015, este tempo, para os homens, aumentou para 123 horas semanais, enquanto para as mulheres a elevação foi de sete horas semanais, totalizando 121 horas. Nota-se, portanto, que homens têm mais tempo de lazer do que as mulheres, e essa diferença é explicada pelo fato de que o trabalho total (remunerado mais não remunerado) é menor para os homens em relação às mulheres. Vale observar que Aguiar e Hurst (2007) também verificam uma elevação do lazer ao longo do tempo nos Estados Unidos. No entanto, o tempo de lazer dos homens americanos é menor do que o das mulheres americanas na medida em que o tempo total de trabalho dos americanos é maior do que o das americanas.

GRÁFICO 17
Brasil: horas de lazer semanais (2001-2015)



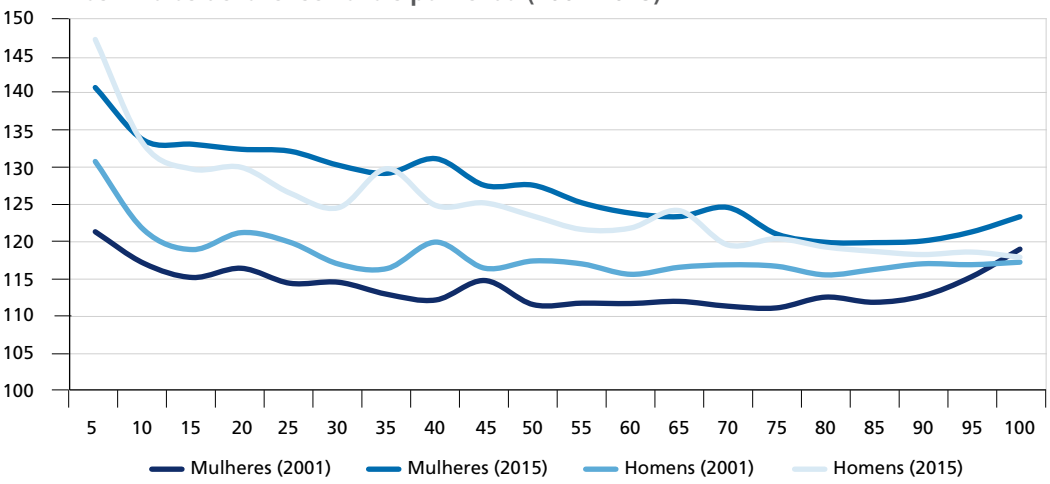
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

40. Com base em uma pesquisa de percepção, elaborada com a aplicação do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), realizado pelo Ipea, Campos (2012) faz uma análise qualitativa interessante sobre as percepções comuns da relação entre o tempo de trabalho no mercado e o tempo livre disponível. O autor sugere que o primeiro afeta – de forma significativa, crescente e negativa – o tempo livre do entrevistado, gerando efeitos adversos sobre a qualidade de vida e as atividades de lazer. Para uma análise sobre o que o autor chama de tempos sociais no Brasil, ver também Campos e Phintener (2016a; 2016b).

A elevação do tempo voltado para o lazer no Brasil ocorre por razões diversas entre homens e mulheres. Como visto na seção 6, os homens se defrontaram com uma redução nas horas de trabalho no mercado e uma estabilidade das horas dedicadas aos afazeres domésticos. Portanto, o que explica a elevação do lazer dos homens é a redução do tempo dedicado ao trabalho remunerado. Por sua vez, as mulheres se depararam com uma estabilidade da jornada de trabalho no mercado e uma redução de magnitude significativa nas horas despendidas na realização de afazeres domésticos. Assim, o que explica a elevação do tempo dedicado ao lazer das mulheres é a redução do tempo na jornada de trabalho doméstico.

O gráfico 17 mostra que, ao longo do período 2001-2015, a elevação do tempo dedicado ao lazer para as mulheres foi de magnitude superior à dos homens. Essa diferença pode ser verificada também no gráfico 18, que mostra a evolução do tempo dedicado ao lazer por vigésimos de renda para ambos os sexos. Para as mulheres, a elevação foi maior do que a dos homens, especialmente para os níveis mais baixos de renda. Interessante observar que, tanto em 2001 quanto em 2015, homens e mulheres mais pobres (vigésimos mais baixos de renda) têm posse de mais tempo de lazer do que homens e mulheres mais ricos (vigésimos superiores de renda).

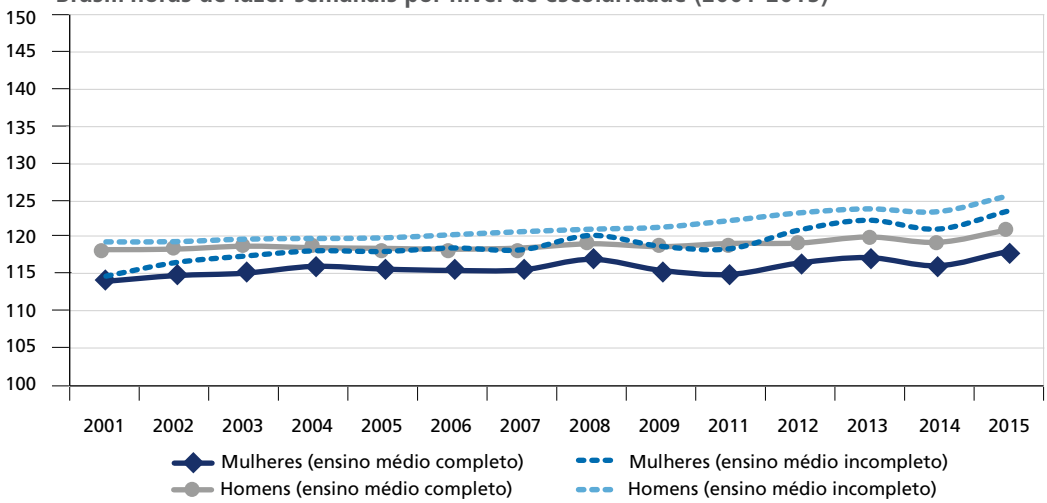
GRÁFICO 18
Brasil: horas de lazer semanais por renda (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 19 mostra a evolução de horas de lazer por nível de escolaridade (ensino superior completo ou incompleto) para homens e mulheres. Ele revela uma elevação de horas de lazer para ambos os níveis de escolaridade, sendo que homens e mulheres com baixa qualificação têm mais tempo de lazer do que os com ensino superior completo.

GRÁFICO 19
Brasil: horas de lazer semanais por nível de escolaridade (2001-2015)



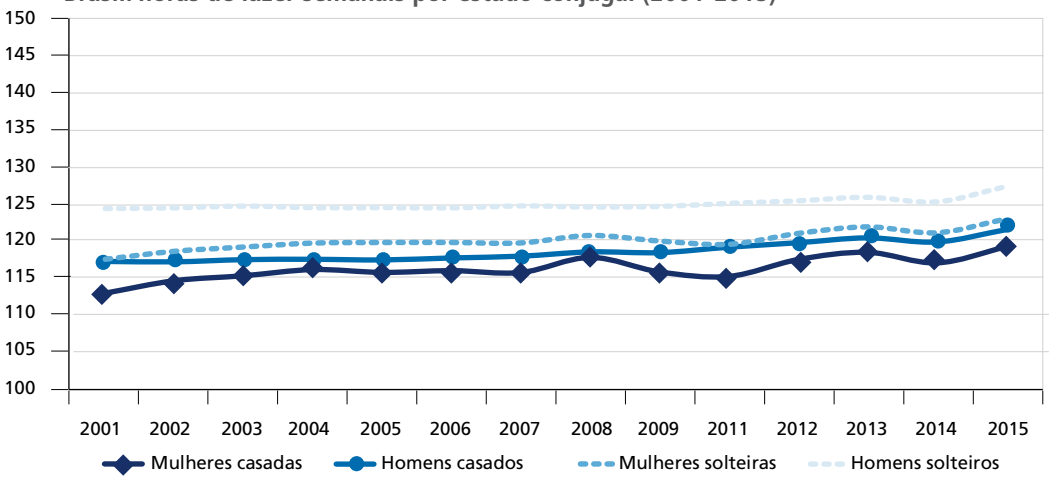
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 20 mostra a evolução de horas de lazer semanais de homens e mulheres por estado conjugal. Estar solteiro(a) implica mais tempo de lazer, comparando-se com estar casado(a). Essa distinção de lazer por estado conjugal é explicada pelo fato de que homens casados têm uma jornada de trabalho no mercado significativamente maior do que a dos homens solteiros. No caso de afazeres domésticos, os solteiros têm apenas uma jornada levemente superior do que a dos casados. Para as mulheres, a distinção de lazer entre casadas e solteiras pode ser explicada pela diferença bastante expressiva da jornada de afazeres domésticos. Como visto anteriormente, as mulheres casadas dedicam um tempo significativamente maior aos afazeres domésticos do que as solteiras, e essa diferença tem uma magnitude bem maior do que a diferença de horas dedicadas ao trabalho no mercado.

O gráfico 21 mostra a evolução de horas de lazer semanais de homens e mulheres por condição de filho entre 0 e 4 anos de idade. Homens e mulheres sem filhos têm um tempo maior de lazer do que os homens e mulheres com filhos, respectivamente.

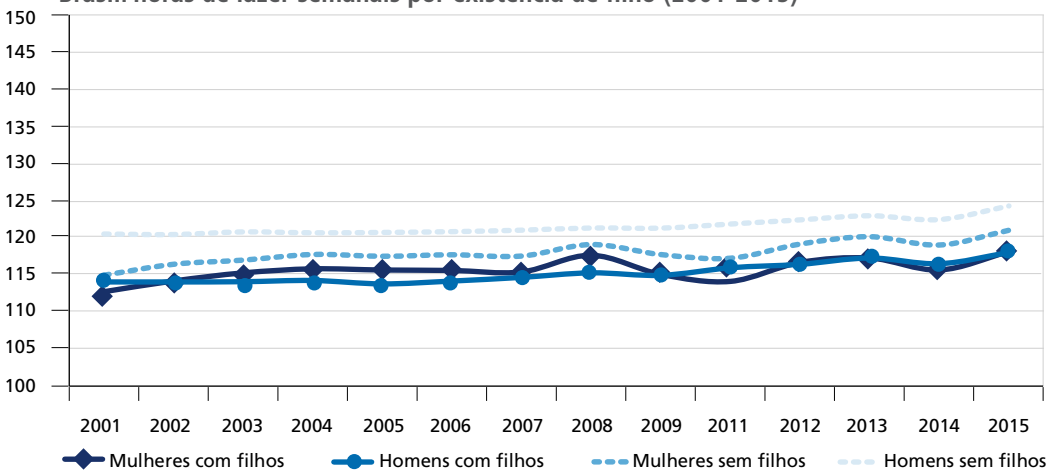
A diferença entre homens sem e com filhos é bem mais ampla do que a diferença entre mulheres nas mesmas condições.

GRÁFICO 20
Brasil: horas de lazer semanais por estado conjugal (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

GRÁFICO 21
Brasil: horas de lazer semanais por existência de filho (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

8 TENDÊNCIAS NA ALOCAÇÃO DO TEMPO NO BRASIL: ANÁLISE DE 2001 A 2015

Esta seção tem como objetivo documentar as tendências na alocação do uso do tempo ao longo do período 2001-2015 condicionadas a variáveis demográficas. Nas últimas décadas, o Brasil tem se defrontado com significativas transformações demográficas (Camarano, 2014). As mudanças ocorridas no início deste século ficam evidentes com os dados mostrados na tabela B.1 do apêndice B, que descrevem a composição demográfica das amostras usadas neste estudo para os anos de 2001, 2008 e 2015. A tabela revela que os brasileiros tornaram-se mais velhos, mais educados, aumentaram a probabilidade de ficarem solteiros e têm tido menos filhos. Todas essas mudanças podem afetar a alocação do tempo de um indivíduo. Por exemplo, homens e mulheres com idade próxima aos 60 anos têm maior probabilidade de alocar menos tempo de trabalho no mercado que indivíduos com cerca de 40 anos de idade. Não seria surpresa, portanto, verificar que o tempo de lazer das pessoas mais velhas é maior do que o das mais novas. Ter menos filhos é outro exemplo de que a alocação de tempo pode mudar. Neste caso, devido ao maior tempo dedicado aos afazeres domésticos e ao cuidado de dependentes, o tempo de lazer tem propensão a se reduzir.

O arcabouço utilizado para avaliar as tendências no uso do tempo nas atividades de trabalho no mercado, afazeres domésticos, deslocamento casa-trabalho-casa e lazer é condicionar cada uma dessas atividades de uso do tempo em diversas variáveis demográficas. A metodologia adotada neste estudo é uma extensão do arcabouço utilizado por Aguiar e Hurst (2007).[41] Além de variáveis usuais associadas a aspectos demográficos, foi incluída uma variável no modelo associada à oferta de creche no setor censitário no qual o homem ou a mulher reside.[42] Ao ser uma alternativa para o cuidado dos filhos, a creche pode influenciar de forma significativa a decisão da entrada

41. Neste estudo, levam-se em conta diversas variáveis importantes que não foram contempladas em Aguiar e Hurst (2007). Uma exceção é que no estudo desses autores foi incluída a variável referente ao dia de semana em que ocorreu a atividade do uso do tempo em questão. Como a PNAD não disponibiliza essa informação, ela não foi inserida no nosso modelo. Outra importante diferença deste estudo em relação ao de Aguiar e Hurst (2007) é que a estimação é realizada com base em dados empilhados em função das características da PNAD.

42. Para a construção desta variável, seguiu-se a estratégia adotada em Costa (2007). Por meio do setor censitário da PNAD, caracterizamos a vizinhança em que há pelo menos uma criança de 0 a 5 anos estudando como uma vizinhança em que há oferta de creches, e, assim, cria-se uma variável binária que indica se a mulher tem oferta de creche em sua vizinhança.

da mulher no mercado de trabalho e o seu uso do tempo de forma geral. A evidência empírica mostra que o acesso a arranjos formais (como creche e pré-escola) para o cuidado das crianças aumenta a participação das mulheres no emprego formal e eleva o número de horas trabalhadas das mães (Posadas, 2012; Barros *et al.*, 2011; Costa, 2007). O modelo para análise das tendências do uso do tempo pode ser descrito pela equação (15), a ser estimada para homens e mulheres separadamente.

$$T_{it}^{j} = \alpha + \sum_{t=2002}^{n=13} \beta_{ij} D_{ij} + \gamma_{idade} Id_{it} + \gamma_{raça} Raça_{it} + \gamma_{educa} Educa_{it} + \gamma_{casado} Casado_{it} + \gamma_{chefe} Chefe_{it} + \gamma_{filho_{0a4}} Filho_{0a4_{it}} + \gamma_{filho_{5a9}} Filho_{5a9_{it}} + \gamma_{filho_{10a14}} Filho_{10a14_{it}} + \gamma_{filha_{10a14}} Filha_{10a14_{it}} + \gamma_{filho_{15a19}} Filho_{15a19_{it}} + \gamma_{filha_{15a19}} Filha_{15a19_{it}} + \gamma_{creche} Creche_{it} + \gamma_{idoso} Idoso_{it} + \gamma_{renda} Renda_{it} + \gamma_{m_lavar} m_lavar_{it} + \varepsilon_{i,j} \quad (15)$$

Nesta equação, T_{it}^{j} é o uso do tempo despendido na atividade *j* para o indivíduo *i* no ano *t*; D_{ij} é uma variável *dummy* para cada ano; Id_{it} é um vetor de *dummies* de faixa de idade (24-29 anos; 30-39 anos; 40-49 anos; 50-59 anos; e 60-64 anos de idade) em que o indivíduo *i* se inclui no ano *t*; $Raça_{it}$ é uma *dummy* igual a um quando o indivíduo *i* for branco e zero quando não branco; $Educa_{it}$ é um vetor de *dummies* de nível educacional (0-3 anos; 4-7 anos; 8-10 anos; e mais de 11 anos de escolaridade) em que o indivíduo *i* se inclui no ano *t*; $Casado_{it}$ é uma *dummy* igual a um se o indivíduo *i* for casado no ano *t*; $Chefe_{it}$ é uma *dummy* igual a um se o indivíduo *i* for chefe do domicílio no ano *t*; e $Filho_0a4_{it}$ é uma *dummy* igual a um se o indivíduo *i* tiver pelo menos um(a) filho(a) entre 0 e 4 anos de idade no ano *t*; $Filho_5a9_{it}$ é uma *dummy* igual a um se o indivíduo *i* tiver pelo menos um(a) filho(a) entre 5 e 9 anos de idade no ano *t*; $Filho_10a14_{it}$ é uma *dummy* igual a um se o indivíduo *i* tiver pelo menos um filho entre 10 e 14 anos de idade no ano *t*; $Filha_10a14_{it}$ é uma *dummy* igual a um se o indivíduo *i* tiver pelo menos uma filha entre 10 e 14 anos de idade no ano *t*; $Filho_15a19_{it}$ é uma *dummy* igual a um se o indivíduo *i* tiver pelo menos um filho entre 15 e 19 anos de idade no ano *t*; e $Filha_15a19_{it}$ é uma *dummy* igual a um se o indivíduo *i* tiver pelo menos uma filha entre 15 e 19 anos de idade no ano *t*.

A escolha de variáveis associadas a diversas faixas etárias e ao sexo dos filhos foi feita com a finalidade de captar algum efeito de que filhos mais novos demandam mais cuidados dos pais (e, portanto, maior alocação do tempo para cuidados dos filhos) e filhas mais velhas, por questões culturais em relação à divisão do papel do trabalho doméstico, podem cuidar dos irmãos mais novos enquanto os pais trabalham no mercado. A variável $Creche_{it}$ é a *proxy* para a oferta de creche no setor censitário no qual o indivíduo *i* reside no ano *t*; $Idoso_{it}$ é uma *dummy* igual a um se no domicílio em que o indivíduo *i* reside há um idoso (acima de 75 anos); $Renda_{it}$ é uma variável que indica a renda familiar líquida da renda do indivíduo *i*, isto é, representa a agregação da renda de todos os residentes do domicílio exclusive do indivíduo *i*; e m_lavar_{it} é uma *dummy* igual a um se o domicílio em que o indivíduo *i* reside tem máquina de lavar. Por fim, foram incluídas no modelo variáveis geográficas *dummies* que indicam a Unidade Federativa (UF) do domicílio e se este se localiza em área urbana e região metropolitana.

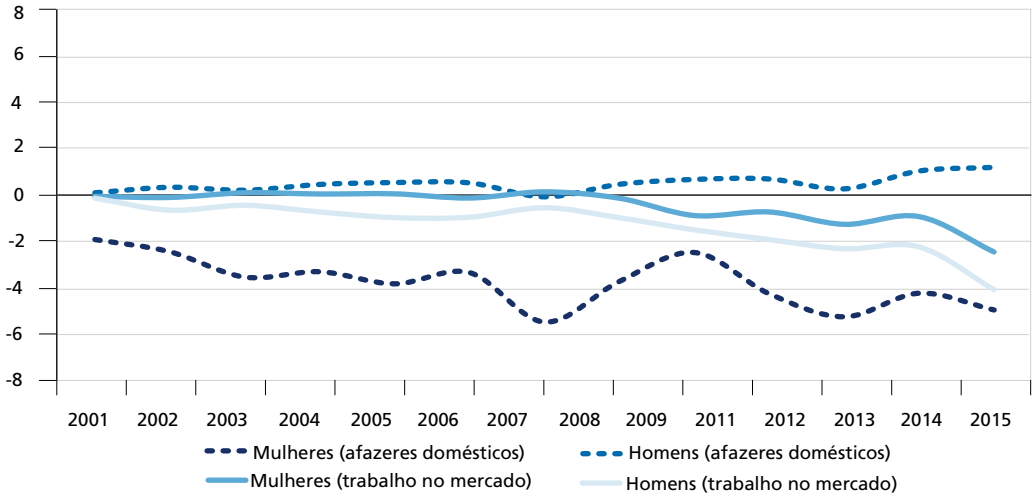
Os coeficientes das *dummies* de ano descrevem como o tempo médio gasto em uma determinada atividade (trabalho no mercado, trabalho doméstico, deslocamento trabalho-casa-trabalho e lazer) tem mudado ao longo do tempo, com controle das mudanças em variáveis demográficas importantes já especificadas. Os gráficos 22, 23 e 24 apresentam as tendências em relação ao uso do tempo para as atividades de trabalho, deslocamento e lazer com base nos coeficientes de cada ano, sendo 2001 tomado como ano-base.[43] De forma geral, estes gráficos replicam os resultados mostrados anteriormente quanto à evolução do uso do tempo por sexo no Brasil ao longo dos primeiros quinze anos do século XXI.

O gráfico 22 mostra que, para os homens, comparando-se os anos de 2001 e 2015, o tempo dedicado ao trabalho no mercado sofreu uma queda de quatro horas semanais. Para as mulheres, o gráfico revela uma estabilidade das horas trabalhadas no mercado em boa parte do período. No entanto, se o ano de 2015 for comparado com o ano de 2001, a jornada de trabalho no mercado das mulheres apresentou uma queda de duas horas semanais.[44] Com relação ao tempo dedicado aos afazeres domésticos, o

43. Todas as estimativas dos coeficientes de anos mostradas nos gráficos citados são apresentadas na tabela B.2 do apêndice B.
44. Vale lembrar que, quando analisada sem controles, a evolução da jornada de trabalho no mercado apresenta uma elevação de duas horas semanais no período de 2001 a 2014, e uma queda de duas horas de 2014 para 2015.

gráfico revela que os homens apresentaram um leve aumento (um pouco mais de uma hora semanal entre 2001 e 2015) e as mulheres reduziram de forma expressiva o tempo dedicado a esta atividade (diminuição de sete horas semanais entre 2001 e 2015).

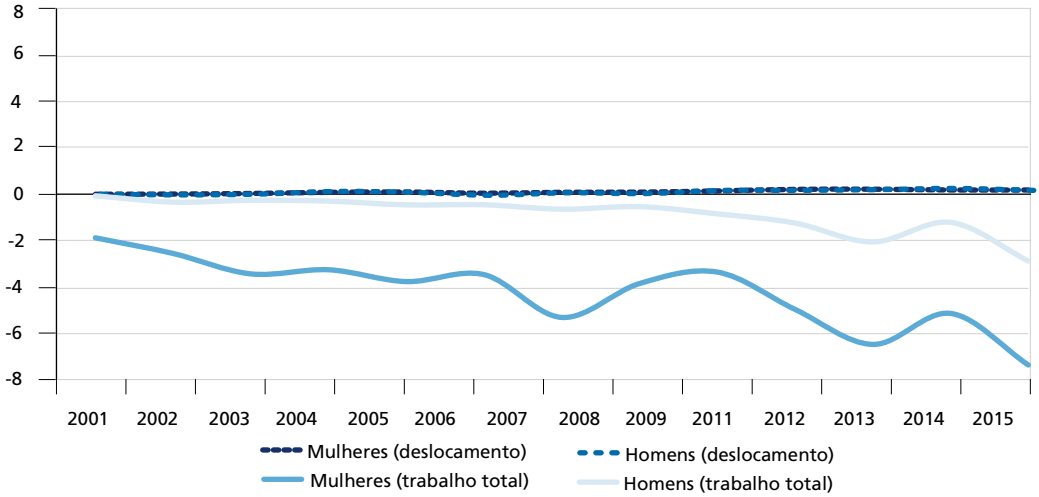
GRÁFICO 22
Brasil: tendências do tempo gasto no trabalho remunerado (mercado) e trabalho não remunerado (afazeres domésticos) (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 23 mostra as tendências ocorridas quanto ao uso do tempo dedicado ao trabalho total (trabalho no mercado mais trabalho doméstico) e ao deslocamento casa-trabalho-casa. Quanto a este último, o gráfico revela uma estabilidade na média de horas semanais, verificada tanto para homens quanto para mulheres. Com relação ao trabalho total, nota-se uma queda da média de horas semanais para ambos os sexos, a qual é explicada por razões diversas entre homens e mulheres. Para eles, é justificada pela redução, em maior proporção, do uso do tempo dedicado ao trabalho no mercado em comparação com o ínfimo aumento ocorrido na dedicação aos afazeres domésticos. Para elas, é explicada majoritariamente pela redução significativa no tempo semanal médio dedicado ao trabalho doméstico em comparação com a estabilidade das horas dedicadas ao trabalho no mercado.

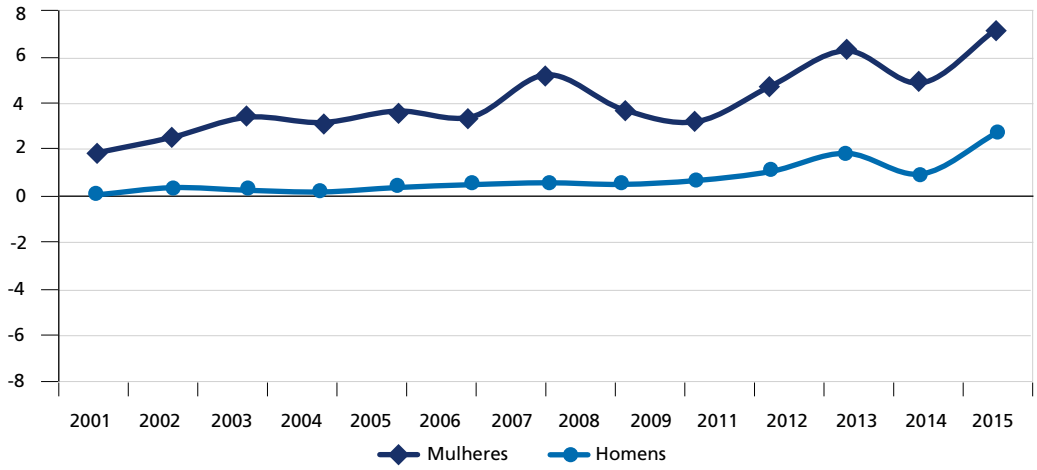
GRÁFICO 23
Brasil: tendências do tempo gasto no trabalho total e no deslocamento casa-trabalho-casa (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

O gráfico 24 mostra a tendência em relação ao uso do tempo dedicado ao lazer. Tanto homens quanto mulheres experimentaram uma elevação de lazer ao longo do período 2001-2015. Para as mulheres, o aumento foi maior do que para os homens: neste intervalo, houve um acréscimo de sete horas semanais de lazer para as mulheres e de apenas três para os homens. Como visto nos gráficos 22 e 23, a elevação de lazer para elas se deu pela redução bastante significativa de suas horas dedicadas aos afazeres domésticos. O aumento do lazer para eles, por sua vez, foi fruto da redução das horas de trabalho no mercado, que foi em maior proporção do que o leve aumento das horas dedicadas aos afazeres domésticos. Por fim, vale observar que esses movimentos explicam, em parte, as tendências mostradas na redução do diferencial de horas de lazer entre homens e mulheres, que ainda é superior para os homens.

GRÁFICO 24
Brasil: tendências do tempo gasto no lazer (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi documentar tendências na alocação do tempo no Brasil ao longo do período de 2001 a 2015. A metodologia adotada se baseou no estudo de Aguiar e Hurst (2007), que documentam as tendências na alocação do tempo ao longo de um período de quarenta anos para os Estados Unidos.

Os resultados encontrados sugerem que, no Brasil, homens desfrutam de mais horas de lazer do que as mulheres, ainda que haja uma tendência de redução dessa diferença ao longo do tempo. Há uma elevação do tempo dedicado ao lazer para ambos os sexos, sendo que esta elevação se dá de forma mais acentuada para as mulheres. Os resultados mostram ainda que o aumento no número de horas de lazer ao longo do período foi ocasionado por razões diversas. Para os homens, a elevação – de quatro horas semanais ao longo de 2001 a 2015 – pode ser explicada por uma redução expressiva nas horas trabalhadas no mercado e pelo leve aumento ocorrido nas horas dedicadas aos afazeres domésticos. Para as mulheres brasileiras, esta elevação – de sete horas semanais no período 2001-2015 – pode ser explicada por uma redução nas horas dedicadas aos afazeres domésticos e uma estabilidade nas horas direcionadas ao trabalho no mercado. Em termos demográficos, o estudo mostra que a elevação do lazer prevaleceu entre as

pessoas (homens e mulheres) com menor qualificação (ensino superior incompleto), solteiras e sem filhos.

Uma limitação do estudo diz respeito à definição de lazer adotada, que foi feita de forma residual, isto é, o lazer foi definido como o tempo não dedicado às atividades de trabalho (remunerado e não remunerado) e de deslocamento entre casa e trabalho. O refinamento desta definição só se torna possível com a disponibilidade de pesquisas específicas sobre uso do tempo para o Brasil, que podem contribuir de forma significativa para uma análise mais precisa de atividades de uso do tempo direcionadas além do mercado.

Existem diversas extensões possíveis para este estudo. A primeira delas é analisar de forma mais detalhada quais foram os principais fatores demográficos que contribuíram para as tendências das atividades de uso do tempo apresentadas. Outra extensão trata de uma análise mais aprofundada entre renda e alocação do tempo no Brasil. Em estudo recente, Olmos (2017) sugere que, em países desenvolvidos, há um diferencial do tempo de lazer com relação à renda, com os indivíduos mais pobres desfrutando de mais lazer do que os mais ricos. Nos países em desenvolvimento, o autor sugere a relação oposta: indivíduos mais pobres em renda são também mais pobres em tempo de lazer. A diferença nos perfis de lazer entre esses países ocorre majoritariamente devido às desigualdades no acesso da população a serviços básicos e à prevalência de trabalho de subsistência nos países em desenvolvimento. Neste contexto, uma investigação da evolução da desigualdade do uso do tempo também é um tema que merece atenção. Por fim, um tópico interessante para pesquisas futuras é investigar as desigualdades de gênero existentes tanto no mercado de trabalho quanto dentro da família e avaliar o impacto destas desigualdades na alocação do uso do tempo no trabalho e, consequentemente, no lazer.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.; HURST, E. Consumption vs. expenditure. **Journal of Political Economy**, v. 113, n. 5, p. 919-948, 2005a.

_____. **Lifecycle prices and production**. Cambridge, United States: NBER, 2005b. (Working Paper, n. 11601).

_____. Measuring leisure: the allocation of time over five decades. **Quarterly Journal of Economics**, v. 122, n. 3, p. 969-1006, Aug. 2007.

AGUIAR, M.; HURST, E.; KARABARBOUNIS, L. Recent developments in economics of time use. **The Annual Review of Economics**, v. 3, p. 373-397, 2012.

BARAJAS, M. L. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. *In*: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: Uerj, 2016.

BARROS, R. P. *et al*. **The impact of access to free childcare on women's labor market outcomes**: evidence from a randomized trial in low-income neighborhoods of Rio de Janeiro. Washington: World Bank, 2011.

BECKER, G. S. A theory of the allocation of time. **Economic Journal**, v. 75, p. 493-517, 1965.

_____. **The economic approach to human behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

BENHABIB, J.; ROGERSON, R.; WRIGHT, R. Homework in macroeconomics: household production and aggregate fluctuations. **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 6, p. 1166-1187, Dec. 1991.

BIDDLE, J.; HAMERMESH, D. Sleep and the allocation of time. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. 922-941, 1990.

BIRCH, E. R.; LE, A. T.; MILLER, P. W. Time use surveys. *In*: _____. (Ed.). **Household divisions of labour**. London: Palgrave Macmillan, 2009. cap. 2.

BROWNING, M.; CHIAPPORI, P. A.; WEISS, Y. **Economics of the family**. Cambridge, United Kingdom: University Press, 2014.

BUSSAB, W.; MORETTIN, P. **Estatística básica**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1987.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 658 p.

CAMPOS, A. **Trabalho e tempo livre**. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1767).

CAMPOS, A.; PHINTENER, M. Tempos sociais no Brasil: a experiência de distintos grupos etários nos anos recentes. *In*: MACAMBIRA, J.; ARAÚJO, T.; LIMA, R. (Org.). **Mercado de trabalho**: qualificação, emprego e políticas sociais. Fortaleza: IDT, 2016a.

_____. Tempos sociais de jovens no Brasil urbano. *In*: SILVA, E.; BOTELHO, R. (Org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016b.

COSTA, J. S. M. **Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FONTOURA, N. *et al.* Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jun. 2010.

GOLDIN, C. Life-cycle labour force participation of married women: historical evidence and implications. **Journal of Labour Economics**, v. 7, n. 1, p. 20-47, 1989.

GREENWOOD, J. *et al.* Technology and the changing family: a unified model of marriage, divorce, educational attainment, and married female labor-force participation. **American Economic Journal**: Macroeconomics, v. 8, n. 1, p. 1-41, Jan. 2016.

GREENWOOD, J.; SESHADRI, A.; YORUKOGLU, M. Engines of liberation. **Review of Economic Studies**, v. 72, n. 1, p. 109-133, 2005.

GREENWOOD, J.; VANDENBROUCKE, G. Hours worked: long-run trends. *In*: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. **The new palgrave dictionary of economics**. 2nd ed. London: Palgrave Macmillan, 2008.

GRONAU, R. Home production: a survey. *In*: ASHENFELTER, O.; LAYARD, R. (Ed.). **Handbook of labor economics**. Amsterdam: North Holand, 1986. p. 273-303.

HECKMAN, J. Effects of child-care programs on women's work effort. **Journal of Political Economy**, v. 82, n. 2, p. 136-163, 1974.

_____. **Introduction to a theory of the allocation of time by Gary Becker**. Germany: IZA, 2014. (Discussion Paper, n. 8424).

INADA, K. On a two-sector model of economic growth: comments and generalizations. **Review of Economic Studies**, v. 30, n. 2, p. 119-127, 1963.

KOPECKY, K. The trend in retirement. **International Economic Review**, v. 52, n. 2, p. 287-316, 2011.

KURODA, S. Do japanese work shorter hours than before? Measuring trends in market work and leisure using 1976-2006 japanese time use surveys. **Journal of the Japanese and International Economies**, v. 24, n. 4, p. 481-502, 2010.

_____. Leisure. **Japan Labor Review**, v. 10, n. 4, 2013.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, dez. 2007.

MINCER, J. Labor force participation of married women: a study of labor supply. *In*: UNIVERSITIES-NATIONAL BUREAU COMMITTEE FOR ECONOMIC RESEARCH. **Aspects of labor economics**. Princeton, United States: NBER, 1962.

_____. Market prices, opportunity costs, and income effects. *In*: CHRIST, C. (Ed.). **Measurement in economics**. Stanford, United States: Stanford University Press, 1963.

_____. **Studies in labor supply**: collected essays of Jacob. Cheltenham: Edward Elgar, 1993. v. 2.

OLMOS, P. **Time poverty in developing countries**. [s.l.]: [s.n.], 2017. Mimeografado.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim: ONU, 1995.

PEREIRA, R. H.; SCHWANEN, T. **Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009)**: diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1813).

POSADAS, J. **Grandparents as child care providers**: factors to consider designing child care policies. Washington: World Bank, 2012. (Economic Promise, n. 101).

ROBINSON, J.; GODBEY, G. **Time for life**: the surprising ways americans use their time. 2nd ed. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1999.

SIMINSKI, P. The effect of earnings on housework: pros and cons of HILDA's time use data items. *In*: AUSTRALIAN CONSORTIUM FOR SOCIAL AND POLITICAL RESEARCH INC SOCIAL SCIENCE METHODOLOGY CONFERENCE, 6. 2006, Sydney, New South Wales. **Resumos**… Sydney: ACSPRI, Dec. 2006.

SOARES, C.; SABOIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Texto para Discussão, n. 21).

STEWART, J. **Tobit or not Tobit?** Germany: IZA, 2009. (Discussion Paper Series, n. 4588).

UNITED NATIONS. **The worlds women 2015**: trends and statistics. New York: UN, 2015.

VANDENBROUCKE, G. **A model of the trends in hours**. New York: University of Rochester, 2005. (Research Report, n. 11).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, M.; HURST, E. **The increase of leisure inequality**: 1965-2005. Washington: AEI Press, 2009.

COSTA, D. From mill town to board room: the rise of women's paid labor. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 4, p. 101-122, 2000.

KRUEGER, D.; PERRI, F. Does income inequality lead to consumption inequality? Evidence and theory. **Review of Economic Studies**, v. 73, n. 1, p. 163-193, Jan. 2006.

POLLAK, R.; WACHTER, M. The relevance of the household production function and its implications for the allocation of time. **Journal of Political Economy**, v. 83, n. 2, p. 255-277, 1975.

UNITED NATIONS. **Guide to producing statistics on time use**: measuring paid and unpaid work. New York: UN, 2005.

APÊNDICE A

O CASO BRASILEIRO COM PESQUISAS DE USO DO TEMPO

Uma das primeiras experiências com pesquisas de uso do tempo no Brasil ocorreu entre 1996 e 1997, com a Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste período, a PPV contou com um bloco sobre o uso do tempo, no qual se investigou o tempo gasto em trabalho produtivo, afazeres domésticos, trabalho comunitário, permanência em estabelecimento de ensino e com transporte. O que se constatou foi que o trabalho produtivo e os afazeres domésticos consomem a maior parte do tempo dos moradores, seguido do tempo gasto em estabelecimento de ensino e trabalho comunitário.[1]

Em 2001, o IBGE incorporou mais uma pergunta à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) associada ao tempo médio dedicado semanalmente à realização dos afazeres domésticos. Nesse mesmo ano, foi realizada uma pesquisa sobre o uso do tempo entre os moradores dos bairros de Andaraí, Grajaú e Vila Isabel da cidade do Rio de Janeiro no âmbito do curso de desenvolvimentos de habilidades em pesquisa da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE (ENCE/IBGE). Embora tenha sido realizada em um contexto de aprendizado, métodos puderam ser testados. Nela, utilizou-se uma versão simplificada da Classificação Internacional para Atividades de Uso do Tempo (International Classification of Activities for Time-Use Statistics – ICATUS, versão de outubro de 2000) da Organização das Nações Unidas (ONU). Na coleta de dados, foi adotada a metodologia de entrevistas rememorativas. Para isto, utilizou-se um diário para registro do tempo despendido em atividades durante o dia útil anterior à entrevista com intervalo de quinze minutos, em atividade tanto principal quanto simultânea. Perguntou-se também sobre com quem, onde e para quem a atividade era exercida. Além disso, foram registradas três principais atividades desenvolvidas aos domingos. As variáveis classificatórias de uso do tempo foram cruzadas por sexo, religião, renda, idade etc.[2]

1. Soares, C.; Saboia, A. L. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos*: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Texto para Discussão, n. 21).
2. Soares, C.; Saboia, A. L. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos*: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Texto para Discussão, n. 21).

BOX A.1
Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo

Com o objetivo de aprimorar monitoração, avaliação e demandas de informações estatísticas sobre gênero e uso do tempo, em junho de 2007 foi realizado no IBGE do Rio de Janeiro o Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo, evento que integrava o projeto Uso do Tempo e Trabalho Não Remunerado das Mulheres no Brasil e Cone Sul, executado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM). É neste contexto que, em novembro de 2008, é instituído o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, integrado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, pelo IBGE e pelo Ipea, tendo como convidados o UNIFEM e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Com o objetivo de estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e na análise das estatísticas oficiais, uma das principais atribuições do Comitê é promover a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo.

Elaboração da autora.

A partir das discussões no âmbito do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (box A.1), foi realizada, pelo IBGE, uma pesquisa-piloto sobre uso do tempo, aplicada, de modo inédito, no modelo de diário e desenvolvida no âmbito do teste da PNAD Contínua.[3] Esse piloto, realizado entre finais de 2009 e início de 2010, teve como base a classificação ICATUS de 2005, com adaptações ao contexto brasileiro. A representatividade da pesquisa foi de 20% da amostra da PNAD Contínua em cinco estados brasileiros (10.092 domicílios ou 61 milhões de pessoas). O instrumento de coleta foi um diário de 24 horas com intervalo de tempo de quinze minutos, em papel, deixado na casa do informante (com idade acima de 10 anos), com supervisão do entrevistador no retorno.[4] O diário de atividades era direcionado para uma pessoa do domicílio selecionada aleatoriamente e seu preenchimento era realizado em um dia da semana, também selecionado aleatoriamente, estando, portanto, todos os dias (de semana ou final de semana) contemplados igualmente. Diversas limitações, no entanto, impediram que esse piloto fosse o marco inicial para que o IBGE desenvolvesse uma pesquisa específica de uso do tempo no Brasil. Entre as principais limitações, constam: *i)* respostas com pouca cobertura na codificação; *ii)* heterogeneidade do país, dificultando o enquadramento de atividades iguais com diferentes denominações; *iii)* problemas na metodologia, referentes a forma e tempo de preenchimento do formulário (diário); *iv)* não compatibilidade da metodologia da pesquisa de uso

3. Por meio do chamado Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), o IBGE implantou, em janeiro de 2012, a PNAD Contínua, com amostra de cobertura nacional. Nessa pesquisa, são integradas as estatísticas sobre mercado de trabalho, obtidas a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) – que abrangia seis regiões metropolitanas (RMs) e tinha periodicidade mensal – e da PNAD, de periodicidade anual. A periodicidade da PNAD Contínua para: *i)* os indicadores de mercado de trabalho é trimestral; *ii)* trabalho infantil, outras formas de trabalho e demais temas permanentes da pesquisa, anual; e *iii)* os temas suplementares, variável.

4. Entrevistador passava o diário em papel para um computador de bolso (*personal digital assistant* – PDA) na presença do informante.

do tempo (diário/retorno) com a dinâmica e tempo de coleta da PNAD Contínua; e *v)* não neutralização das influências sazonais (fins de semana, feriados, férias etc).[5]

Com as dificuldades encontradas na pesquisa-piloto de 2009, o IBGE procurou incluir algumas informações e refinar a captação de dados sobre uso do tempo na PNAD Contínua no período 2012-2015. Tais informações seriam obtidas a partir de três pilares em relação ao trabalho não remunerado (ou outras formas de trabalho): *i)* trabalho voluntário; *ii)* trabalho em cuidados de pessoas (crianças ou pessoas que necessitavam de cuidados especiais); e *iii)* trabalho em afazeres domésticos. No entanto, dificuldades encontradas, principalmente no quesito de cuidados de pessoas e na sobreposição de horas dedicadas a cuidados de pessoas e afazeres domésticos, geraram necessidade de reformulação do questionário sobre o uso do tempo na PNAD Contínua.

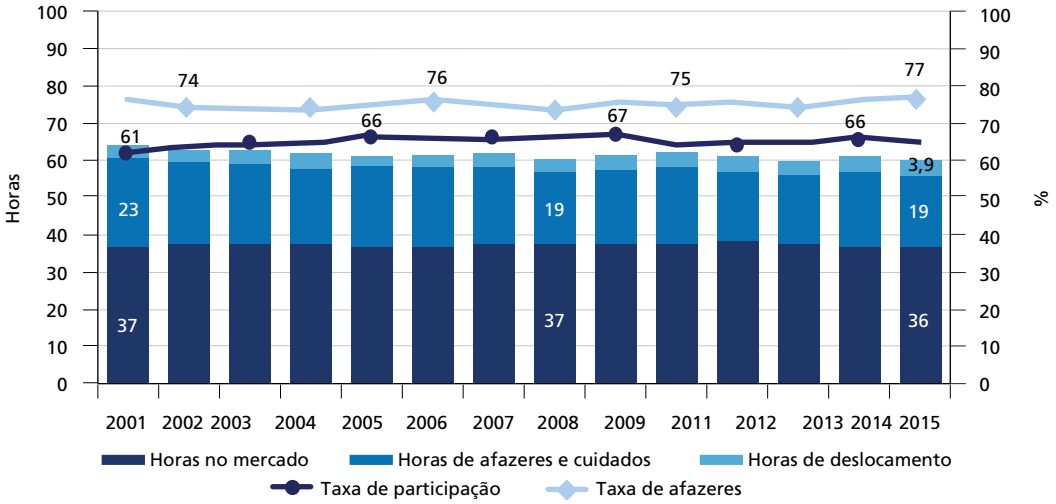
A primeira divulgação de dados anuais sobre outras formas de trabalho (em conjunto com ampliação de dados sobre uso do tempo) pela PNAD Contínua foi realizada no final de 2017.[6] As principais mudanças em relação aos testes anteriores referem-se à melhoria na cobertura das atividades e à junção do número de horas dedicadas aos cuidados e afazeres. Ainda que não seja adequado para pesquisas e estudos que tenham como objetivo capturar ou analisar atividades de lazer, esportivas ou culturais, esse novo formato (questionário), se utilizado com periodicidade regular, pode ser considerado como um avanço significativo para a análise do uso do tempo no Brasil.

5. Grande parte das informações sobre a evolução do desenvolvimento de pesquisas de uso do tempo no Brasil foi obtida no trabalho de Bárbara Cobo, disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/apresentacoes/mesa_1_apresentacao_3_barbara_cobo.pdf>.

6. Um domicílio, uma vez selecionado para amostra da PNAD Contínua, é visitado uma única vez no trimestre, por cinco trimestres consecutivos. Os dados divulgados têm como base as informações captadas no quinto trimestre desta pesquisa em 2016. Com isso, tem-se em torno de 163 mil domicílios, e com base nestes domicílios são construídas as informações do módulo "Outras formas de trabalho".

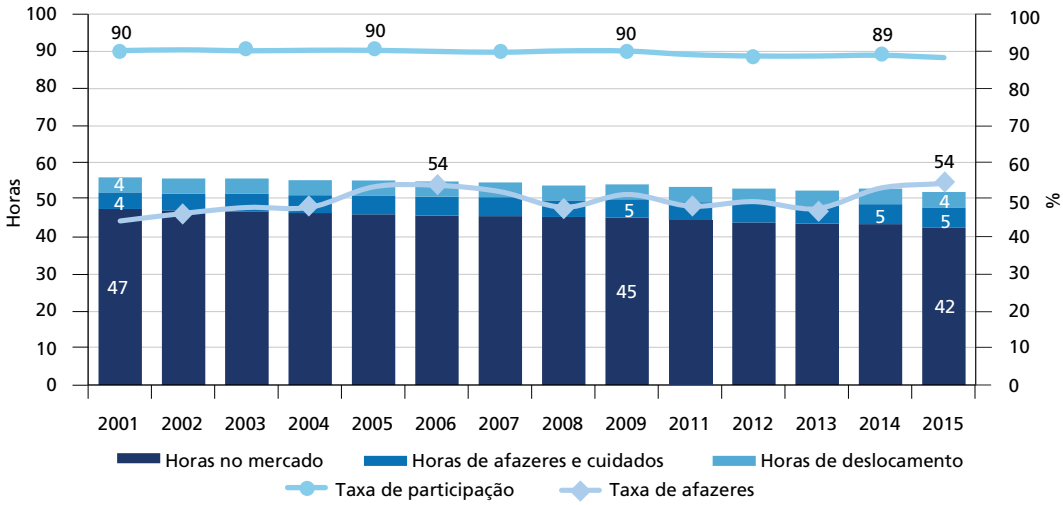
APÊNDICE B

GRÁFICO B.1
Mulheres: taxa de participação, taxa de afazeres domésticos e trabalho



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).
Elaboração da autora.

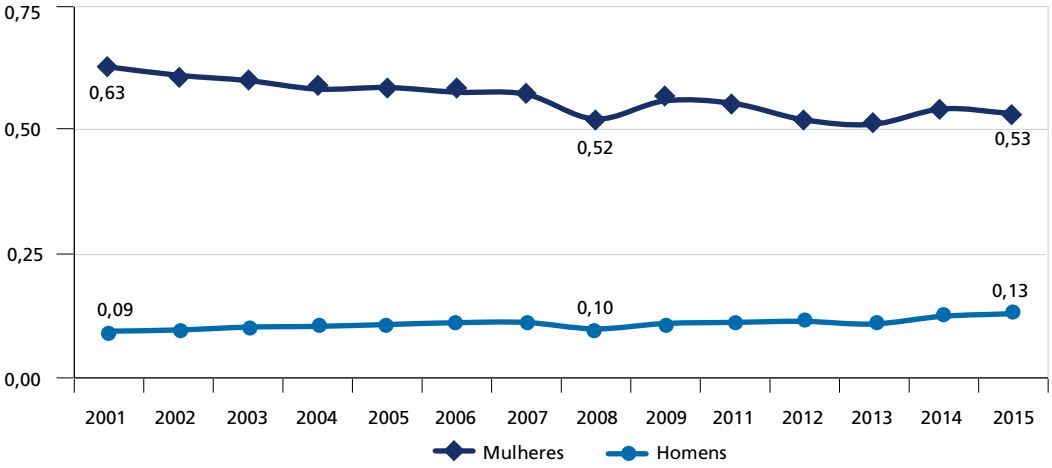
GRÁFICO B.2
Homens: taxa de participação, taxa de afazeres domésticos e trabalho



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

GRÁFICO B.3

Brasil: razão entre horas de trabalho não remunerado (afazeres domésticos) e horas de trabalho remunerado (no mercado) da população ocupada (2001-2015)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

TABELA B.1
Brasil: estatísticas descritivas (2001-2015)

Variáveis	2001				2008				2015			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Taxa de participação (%)	61,50	-	90,20	-	66,10	-	90,10	-	64,80	-	88,30	-
(Taxa de participação no mercado de trabalho)												
Taxa de participação em afazeres domésticos	94,20	-	45,20	-	91,00	-	48,30	-	92,80	-	54,70	-
(Proporção de pessoas que realizam afazeres domésticos em relação ao total)												
Jornada de trabalho remunerado semanal	20,91	22,03	40,49	20,76	22,77	21,60	39,35	19,19	21,42	20,77	35,23	19,19
Jornada de trabalho não remunerado semanal	30,77	20,13	5,01	8,38	24,28	17,39	4,86	7,55	23,70	16,41	5,93	8,29
Jornada de deslocamento casa-trabalho semanal	1,84	3,30	3,44	4,30	2,11	3,62	3,50	4,45	2,28	3,81	3,48	4,32
Jornada de horas de lazer semanal	114,49	22,89	119,05	22,42	118,84	22,82	120,29	21,02	120,59	22,79	123,36	21,51
Idade	40,07	10,98	39,79	10,89	40,95	11,19	40,54	11,14	42,29	11,33	41,73	11,25
Raça (1 = branco; 0 = caso contrário) (%)	57,10	-	55,10	-	52,00	-	50,00	-	47,90	-	45,80	-
Anos de estudo (1 = faixa educacional; 0 = caso contrário) (%)												
De 0 a 3	27,70	-	29,10	-	19,20	-	21,40	-	13,80	-	16,10	-
4 a 7	29,20	-	30,30	-	23,90	-	25,10	-	19,40	-	21,50	-
8 a 10	13,80	-	14,40	-	15,00	-	15,80	-	14,50	-	15,80	-
+ de 11	29,30	-	26,20	-	41,90	-	37,70	-	52,40	-	46,60	-
Casada(o) (1 = se tem cônjuge; 0 = caso contrário) (%)	67,00	-	74,80	-	64,70	-	71,00	-	63,70	-	68,60	-
Chefe de família (1 = chefe de família; 0 = caso contrário)	23,40	-	79,80	-	31,00	-	69,80	-	36,80	-	63,70	-
Presença de filhos:												
(1 = se tem filhos na faixa etária; 0 = caso contrário) (%)												
filhos(as) de 0 a 4 anos	19,60	-	22,10	-	15,00	-	16,40	-	13,40	-	14,30	-
filhos(as) de 5 a 9 anos	26,20	-	24,90	-	20,70	-	19,50	-	17,10	-	15,80	-
filhos de 10 a 14 anos	15,70	-	14,10	-	13,30	-	11,90	-	10,50	-	9,40	-
filhas de 10 a 14 anos	15,40	-	13,80	-	12,80	-	11,30	-	10,20	-	8,90	-
filhos de 15 a 19 anos	14,90	-	12,90	-	12,10	-	10,50	-	10,70	-	9,20	-
filhas de 15 a 19 anos	12,90	-	11,00	-	10,40	-	8,80	-	9,50	-	7,90	-
Existência de creche na vizinhança	48,20	-	47,60	-	55,50	-	55,40	-	51,30	-	51,20	-

(Continua)

(Continuação)

Variáveis	2001				2008				2015			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
(1 = se crianças no setor censitário estão na creche; 0 = caso contrário) (%)												
Presença de idoso no domicílio (%)	3,8%	-	3,6%	-	4,6%	-	4,4%	-	5,0%	-	5,1%	-
(idoso = mais de 75 anos de idade)												
Presença de máquina de lavar no domicílio (%)	37,60	-	35,50	-	46,30	-	43,70	-	66,40	-	64,00	-
(1 = domicílio tem máquina de lavar; 0 = caso contrário)												
Regime Federal de Previdência Complementar (RFPC) líquida (R$)	586,77	1.135,68	326,49	736,21	660,93	1.205,52	427,45	885,23	710,77	1.171,01	490,50	858,72
Área urbana (1 = residente em área urbana; 0 = caso contrário) (%)	86,70	-	84,20	-	87,50	-	85,20	-	88,30	-	86,20	-
Observações	92.927		84.921		103.585		93.642		99.089		89.286	

Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.

TABELA B.2
Coeficientes das *dummies* de ano

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
						Amostra total							
Trabalho no mercado	-0,03	-0,39	-0,19	-0,36	-0,45	-0,51	-0,20	-0,58	-1,18	-1,31	-1,78	-1,60	-3,27
	(0,069)	(0,069)***	(0,069)***	(0,068)***	(0,068)***	(0,068)***	(0,069)	(0,068)***	(0,070)***	(0,070)***	(0,070)***	(0,070)***	(0,039)***
Trabalho doméstico (afazeres)	-0,97	-1,08	-1,71	-1,48	-1,74	-1,56	-2,94	-1,73	-1,05	-1,96	-2,68	-1,75	-2,04
	(0,055)***	(0,055)***	(0,054)***	(0,054)***	(0,054)***	(0,054)***	(0,054)***	(0,054)***	(0,055)***	(0,055)***	(0,055)***	(0,055)***	(0,055)***
Trabalho total (mercado + doméstico)	-1,00	-1,47	-1,90	-1,84	-2,19	-2,07	-3,15	-2,31	-2,23	-3,27	-4,47	-3,35	-5,32
	(0,068)***	(0,068)***	(0,068)***	(0,067)***	(0,067)***	(0,067)***	(0,067)***	(0,067)***	(0,068)***	(0,068)***	(0,068)***	(0,068)***	(0,068)***
Horas de deslocamento	0,03	0,02	0,05	0,13	0,12	0,04	0,12	0,10	0,20	0,24	0,26	0,30	0,22
	(0,013)***	(0,013)*	(0,013)***	(0,013)***	(0,013)***	(0,013)***	(0,013)***	(0,013)***	(0,013)***	(0,013)***	(0,013)***	(0,013)***	(0,013)***
Lazer	0,97	1,45	1,85	1,71	2,07	2,03	3,03	2,22	2,03	3,04	4,21	3,04	5,10
	(0,072)***	(0,072)***	(0,071)***	(0,071)***	(0,071)***	(0,071)***	(0,071)***	(0,071)***	(0,072)***	(0,072)***	(0,072)***	(0,072)***	(0,073)***
						Mulheres							
Trabalho no mercado	-0,05	-0,10	0,10	0,05	0,06	-0,12	0,14	-0,13	-0,88	-0,72	-1,26	-0,92	-2,45
	(0,094)	(0,094)	(0,093)	(0,092)	(0,092)	(0,092)	(0,092)	(0,092)	(0,094)***	(0,094)***	(0,094)***	(0,094)***	(0,095)***
Trabalho doméstico (afazeres)	-1,91	-2,44	-3,53	-3,30	-3,82	-3,34	-5,46	-3,71	-2,47	-4,25	-5,24	-4,22	-4,94
	(0,077)***	(0,077)***	(0,076)***	(0,075)***	(0,075)***	(0,075)***	(0,076)***	(0,075)***	(0,077)***	(0,077)***	(0,077)***	(0,077)***	(0,077)***
Trabalho total (mercado + doméstico)	-1,86	-2,54	-3,43	-3,25	-3,76	-3,46	-5,32	-3,85	-3,35	-4,97	-6,49	-5,15	-7,39
	(0,097)***	(0,096)***	(0,096)***	(0,095)***	(0,095)***	(0,095)***	(0,095)***	(0,095)***	(0,097)***	(0,097)***	(0,097)***	(0,097)***	(0,097)***
Horas de deslocamento	0,03	0,04	0,07	0,12	0,13	0,08	0,12	0,12	0,18	0,24	0,25	0,22	0,22
	(0,016)**	(0,016)***	(0,016)***	(0,015)***	(0,015)***	(0,015)***	(0,015)***	(0,015)***	(0,016)***	(0,016)***	(0,016)***	(0,016)***	(0,016)***
Lazer	1,83	2,50	3,36	3,13	3,63	3,38	5,20	3,72	3,17	4,73	6,24	4,85	7,17
	(0,102)***	(0,102)***	(0,101)***	(0,101)***	(0,100)***	(0,100)***	(0,100)***	(0,100)***	(0,102)***	(0,102)***	(0,102)***	(0,102)***	(0,103)***

(Continua)

(Continuação)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
						Homens							
Trabalho no mercado	-0,13 (0,091)	-0,65 (0,090)***	-0,44 (0,090)***	-0,72 (0,089)***	-0,97 (0,089)***	-0,95 (0,089)***	-0,54 (0,090)***	-0,97 (0,089)***	-1,49 (0,091)***	-1,91 (0,091)***	-2,31 (0,091)***	-2,23 (0,091)***	-4,07 (0,092)***
Trabalho doméstico (afazeres)	0,10 (0,039)**	0,34 (0,039)***	0,21 (0,038)***	0,46 (0,038)***	0,54 (0,038)***	0,53 (0,038)***	-0,07 (0,038)***	0,47 (0,038)***	0,68 (0,039)***	0,69 (0,039)***	0,27 (0,039)***	1,04 (0,039)***	1,20 (0,039)***
Trabalho total (mercado + doméstico)	-0,03 (0,093)	-0,31 (0,093)***	-0,23 (0,093)**	-0,26 (0,092)***	-0,43 (0,092)***	-0,42 (0,092)***	-0,62 (0,092)***	-0,51 (0,092)***	-0,82 (0,094)***	-1,22 (0,094)***	-2,04 (0,094)***	-1,19 (0,094)***	-2,87 (0,094)***
Horas de deslocamento	0,03 (0,020)*	0,00 (0,020)	0,03 (0,020)***	0,15 (0,020)*	0,11 (0,020)***	-0,01 (0,020)	0,10 (0,020)***	0,06 (0,020)***	0,20 (0,020)***	0,20 (0,020)***	0,24 (0,020)***	0,29 (0,020)***	0,20 (0,020)***
Lazer	0,00 (0,100)	0,31 (0,100)***	0,19 (0,100)**	0,12 (0,098)	0,31 (0,098)***	0,44 (0,098)***	0,52 (0,099)***	0,45 (0,098)***	0,62 (0,100)***	1,01 (0,100)***	1,80 (0,101)***	0,90 (0,100)***	2,67 (0,101)***

Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração da autora.
Obs.: 1. As *dummies* utilizadas foram retiradas dos gráficos 22, 23 e 24 do texto. O erro-padrão consta entre parênteses.
2. Jornada de todos os trabalhos (principal + secundário + outros).
3. A diferença entre 2015 e 2001 com teste *t* não é rejeitada ao nível de significância de 95%.
4. ***, **, * correspondem a nível de significância de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Andrea Bossle de Abreu

Revisão
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Elaine Oliveira Couto
Lis Silva Hall
Mariana Silva de Lima
Rava Caldeira de Andrada Vieira
Vivian Barros Volotão Santos
Bruna Oliveira Ranquine da Rocha (estagiária)
Lorena de Sant'Anna Fontoura Vale (estagiária)

Editoração
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Mayana Mendes de Mattos (estagiária)
Vinícius Arruda de Souza (estagiário)

Capa
Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

ISSN 1415-4765